



Documento de Trabalho

Observador Rural

CADEIAS DE VALOR E AMBIENTE DE NEGÓCIOS
NA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE

Mota Lopes

Nº 40

Maio
2016

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

Este documento de trabalho resulta do projecto de investigação sobre *A Cadeia de valor e ambiente de negócios na Agricultura em Moçambique* que teve como financiador principal o Fundo para o Ambiente de Negócios (FAN).



Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. AGRICULTURA, CORREDORES E CADEIAS DE VALOR.....	5
2.1. Corredor de Nacala: mandioca, cerveja, milho e caju.....	6
2.1.1. Mandioca e cerveja.....	7
2.1.2. Milho.....	10
2.1.3. Caju.....	14
2.2. Notas sobre cadeias de valor do caju antes e pós-2001.....	16
2.3. Corredor da Beira: soja e avicultura, amendoim, algodão.....	17
2.3.1. Soja e Avicultura.....	19
2.3.2. Amendoim.....	21
2.3.3. Algodão.....	22
2.4. Corredor do Maputo: hortícolas e banana.....	24
2.4.1. Hortícolas.....	25
2.4.2. Banana.....	28
3. AGRONEGÓCIO.....	30
3.1. Acesso ao financiamento.....	33
4. CONCLUSÃO.....	34
BIBLIOGRAFIA.....	40

CADEIAS DE VALOR E AMBIENTE DE NEGÓCIOS NA AGRICULTURA EM MOÇAMBIQUE

Mota Lopes¹

1. INTRODUÇÃO

Uma das raras afirmações que são indiscutíveis quando falamos em Desenvolvimento Económico e Social da Agricultura e do chamado Agronegócio em Moçambique é que sem um Ambiente de Negócios adequado não há Cadeias de Valor compensadoras. Por outras palavras, as Cadeias de Valor agrárias serão tanto mais capazes de gerar, concentrar e distribuir Valores acrescentados quanto mais os contextos em que funcionam possam garantir a regularidade de um Ambiente de Negócios favorável no que respeita às condições de produção. Prioritariamente, estas condições incluem uma acessibilidade atempada a insumos, preços justos, o fornecimento regular de matérias-primas, facilidades de processamento, infra-estruturas públicas adequadas e acesso a mercados. Só possíveis em situações de estabilidade política e social, elas implicam ainda a necessária protecção por normas legislativas e judiciais e sua aplicação através de um aparelho de Estado transparente e eficaz. Requerem, igualmente, uma constante adequação em relação aos locais onde são aplicadas e que sejam integrativas e não discriminatórias ou dualistas na própria materialização, a todos os níveis, de um só Ambiente de Negócios nacional.

O objectivo da pesquisa sintetizada neste relatório, que na realidade não é mais do que uma introdução à questão, foi de se estabelecerem algumas das ligações que esse relacionamento entre Cadeias de Valor e Ambiente de Negócios significa em termos do possível desenvolvimento da Agricultura e do Agronegócio em Moçambique. Com este objectivo, e para facilitar o trabalho de campo necessário à sua pesquisa, o território nacional foi considerado, na sua constituição, em três corredores de desenvolvimento geograficamente definidos como sendo os Corredores de Nacala, da Beira e de Maputo. Por outro lado, foi decidido escolher um conjunto de produtos agrícolas que, de um modo geral, têm grande importância nacional, tais como produtos de subsistência, de consumo e de exportação, ou nos pareceram mais capazes de ilustrar as condições existentes de relacionamento entre Cadeias de Valor e Ambiente de Negócios. Esses produtos são: milho, mandioca, soja, algodão, amendoim, caju, hortícolas e banana. A caracterização das respectivas Cadeias de Valor, no seu interrelacionamento com o Ambiente de Negócios nos três corredores referidos, concluirá cada uma das secções desta aproximação. Eventualmente, mas meramente como breves referências ilustrativas, consideraremos outros tipos de produção entre as quais cerveja, gergelim, batata, feijão, fruta, tabaco, avicultura ou rações ².

¹ Mota Lopes, Mota Lopes, Phd, Doutorado em Ciências Sociais. Professor Universitário.

Júlio Machele, Assistente da U.E.M, Licenciado em História, foi responsável pelo trabalho de campo até Setembro de 2015.

² Todos os produtos estudados e parte daqueles que usaremos como referência são considerados oficialmente como sendo Produtos Estratégicos ou PEs (ver, para início da caracterização de PEs em Moçambique, o documento: *República de Moçambique, 2008: Plano de Acção para a Produção de Alimentos, 2008-2011*); mais concretamente os quinze PEs cujo investimento é considerado prioritário no sector público foram amplamente discutidos na Conferência de Investidores e no Primeiro Fórum de Agronegócios na Província de Nampula, 16/19 de Setembro de 2015, Cf. Centro de Promoção da Agricultura, Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar 2015: *Identificados Quinze Podutos Estratégicos para o Desenvolvimento e Investimento no Sector Agrário, 2015/2020*, <https://www.masa.gov/mz> (consultado em Julho de 2015). Na definição dada ao termo PEs, trata-se daqueles produtos agrícolas que, no contexto das políticas de Desenvolvimento Económico e Social do Governo moçambicano e de acordo com os locais onde são produzidos mas com incidência nacional, são objecto prioritário de investimentos preferenciais do sector público. Entre as razões que levam à designação e sua aplicação é enfatizado o conjunto de

Algumas outras breves considerações prévias são necessárias. Em primeiro lugar, é importante recordar que a auto-reprodução da pobreza que afecta a grande parte das zonas rurais de Moçambique tem como base estrutural a utilização de áreas de cultivo relativamente reduzidas (frequentemente com menos ou igual a um hectare). Sabemos bem qual é uma das principais causas que explicam isto: o não uso de insumos e técnicas de produção adequadas, a falta de protecção contra factores de risco imprevisíveis, o isolamento das unidades produtivas familiares em relação a mercados compensadores e a benefícios sociais mínimos como educação e saúde bem assim como, na confluência de tudo isto, a impossibilidade de acumulação – sem a qual não há nem melhoria de vida nem a possibilidade de investir e, portanto de trabalhar áreas maiores e mais produtivas.

Trata-se de factores negativos que, entre outros, dificultam ou impossibilitam o que se convencionou chamar de transição da Agricultura de auto-subsistência para uma Agricultura comercial ou de mercado no país. Factores que, todos eles, se integram nessa classificação mais ampla de Ambiente de Negócios. Quer dizer: sem um Ambiente de Negócios capaz de especificamente transformar de maneira visível essas condições de produção agrícola no imediato, curto e médio prazo, não há transformação possível da Agricultura tal como é praticada por mais de 76% da população do país. E, sem esta transformação, tudo o mais que se refere ao desenvolvimento (que é diferente de crescimento) de Moçambique não irá muito além de mera retórica, de mais uma utopia impossível. Que, na realidade, esquece ou ignora as razões pelas quais a própria Constituição da República descreve a Agricultura como a base do desenvolvimento económico e social do país.

A situação actual da Agricultura em Moçambique, como na maior parte do continente africano desde a conclusão dos processos históricos de descolonização e de libertação nacional, não é, por outro lado, algo de estável. Pelo contrário: possui uma dinâmica de contracção e agravamento que aumenta de ano produtivo para ano produtivo. Esta progressão negativa afecta necessariamente a possibilidade de auto-subsistência familiar. Tal como em Moçambique, ela é, em geral, confrontada com o abandono e substituição da terra tornada improdutivo, com desmate intensivo, com queimadas e com migração para as cidades. E com o aumento da pobreza e da desigualdade social – resultados visíveis deste desenvolvimento do subdesenvolvimento (nomeadamente confirmado pelos resultados do Inquérito ao Orçamento Familiar publicado em Janeiro de 2016 pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique 2016: Resultados Finais, etc.; Ver também Hanlon 2016: Mozambique Reports & Clippings, January 2).

Embora essa dinâmica de contracção e agravamento esteja longe de atingir as suas assíntotas em Moçambique, os diferentes processos que a determinam levam a problemas de desflorestação, agravados pela apanha desordenada de lenha, e ao rápido empobrecimento dos solos. Reflectem-se ainda no aumento desordenado do desemprego urbano, num sector agrícola que continua a ser altamente subdesenvolvido, incapaz de alimentar o país, não produtivo mas que, por vezes, atinge quantidades apreciáveis de exportação. O resultado desta cadeia degradante é a diminuição da segurança alimentar e da nutrição que define a pobreza, com a correspondente dependência do país. É isto também que leva à caracterização frequentemente repetida sobre a maioria das zonas rurais em Moçambique existirem num ciclo de pobreza crescente com desflorestação intensa, degradação de solos e ausência de segurança alimentar (Pereira: 2011). Pobreza que significa fome generalizada. Será este o futuro que pretendemos criar? É este pelo menos o nosso presente.

vantagens comparativas que esses produtos possuem quer no contexto regional da SADC, quer no mercado da economia-mundial. Com excepção de carne bovina ou vermelha e do trigo, todos os outros produtos estratégicos fazem parte da lista de produtos que constituem o objecto do presente estudo.

O investimento em Agronegócios pode ser uma das soluções activas para ultrapassar este quadro. Dos que existem no país salientam-se, entre outros, e com resultados mais positivos, as unidades agro-industriais de processamento básico de caju, algodão, tabaco, mandioca e açúcar; um grande número crescente de centros de avicultura; bem assim como a plantação de bananais, de pomares e reflorestamento no corredor da Nacala; as agroindústrias do tabaco, algodão e açúcar no corredor da Beira; bem assim como, as unidades industriais de açúcar e milho ou as plantações de banana, no corredor de Maputo. Todavia, o Agronegócio em Moçambique é extremamente reduzido, quer em termos tecnológicos quer no que se refere às necessidades e procura do mercado interno (e frequentemente externo).

Por último, e no que respeita a alguns dos produtos referenciais deste Relatório e às razões da sua escolha, é possível enfatizar a sua importância relativa e possibilidades de crescimento através dos seguintes dados:

Mandioca: É o produto agrícola mais cultivado no país, responsável por mais de 30% de todas as calorias consumidas em Moçambique, o que o torna o mais importante produto na segurança alimentar. Em grande parte do país, principalmente nas regiões do Norte, o custo da mandioca equivale, em geral, a cerca de 60% do preço do milho (Donovan *et al.* 2011, *passim*; FAOSTAT 2011). É também o produto que parece estar em fase de maior desenvolvimento. Isto deve-se não só ao facto de ser uma das principais culturas de auto-subsistência em Moçambique mas também, talvez principalmente, porque tem vindo a originar um número considerável de Agronegócios que fazem dele a sua principal matéria-prima. A fabricação da chamada cerveja Impala é um desses Agronegócios em franca expansão.

Açúcar: Utilizando presentemente 35 mil hectares de terra arável, emprega 20 mil trabalhadores e tem um potencial calculado em mais de 50 mil hectares e 30 mil trabalhadores até ao fim de 2015. Espera-se que a produção em 2016 cresça em mais de 19 por cento em relação ao ano anterior, atingindo as 305.688 toneladas (Exportação de Açúcar 2015: MacauHub; Speed 2015: Açúcar em Moçambique; Pereira, 2011).

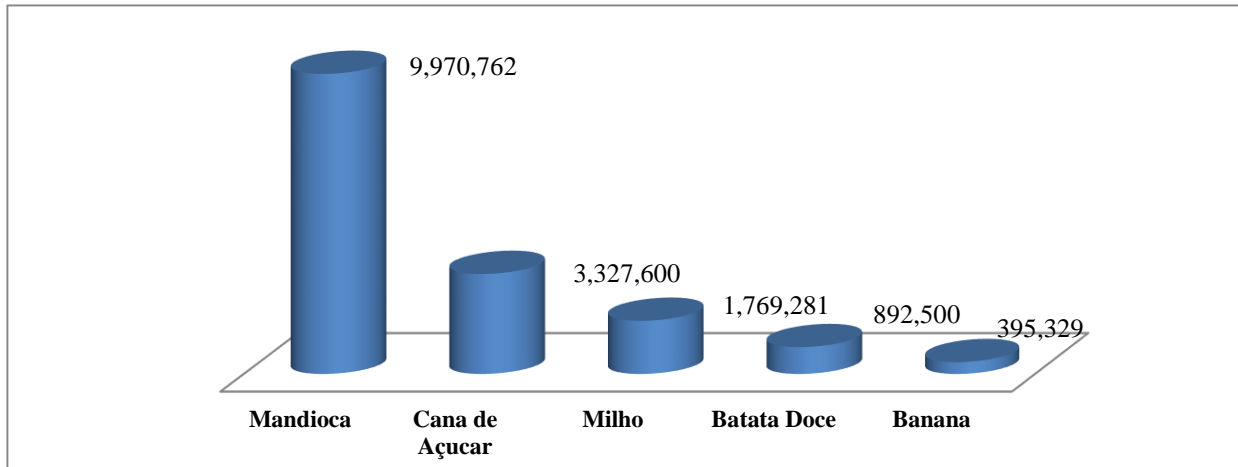
Algodão: Sessenta mil ha, utilizando 90 mil produtores independentes e prevendo, a muito curto prazo, mais 100 mil hectares de cultivo por mais 100 mil produtores independentes (IAM 2015: <http://www.iam.gov.mz/> (Pereira 2011)).

Caju: Dez fábricas em todo o país que compram a produção a 5 mil agricultores independentes; prevê aumentos de produção necessária para mais 5 fábricas e compra de produção a mais 150 mil camponeses.

Se à produção de Algodão, Caju e Açúcar adicionarmos a produção de Tabaco, o impacto potencial destes Agro-negócios no PIB de Moçambique é calculado como sendo superior a mil milhões de Dólares US (Pereira: 2011).

Gráfico 1

Mandioca, cana-de-açúcar, milho, batata-doce e banana: 2010/2013: Médias por ano, em Tonelada



Fonte StatFao 2015; Equipa de Pesquisa.

Banana: Plantações ocupam cerca de 160 mil hectares com mais de 140 mil produtores independentes. Destina-se ao consumo no país e principalmente para exportação para a África do Sul. Representam mais de quatro milhões de dólares no PIB (NFPMs, National Fresh Produce Markets of South Africa: 2015).

Milho: É um dos principais produtos, com a mandioca, de alimentação no país. Mas é usado também em grande escala na produção de rações melhoradas para a alimentação de mais de 20 milhões de aves por ano. Segundo Pereira (2011) este Agronegócio utiliza mais de 100 mil produtores independentes com um Valor aproximado de 650 milhões de Dólares US.

Soja: É produzida em mais de 220 mil hectares por mais de 120 mil produtores independentes. Valor anual no PIB superior a 400 milhões de Dólares (Idem).

No seu conjunto, os investimentos de origem pública, privada e através de ONGs efectuados nos últimos dez anos (desde 2005) nos processos de produção e transformação industrial dos produtos agrícolas do país ascendeu, oficialmente, ao montante aproximado de 16 mil milhões de Dólares US (Ver Quadro 01). Deste quantitativo, um Valor estimado em 10 mil milhões é referido como tendo sido investido em plantações florestais e em reflorestamento (Ibidem). O que significa que a Agricultura propriamente dita em Moçambique não beneficiou de mais de seis mil milhões de US\$ de investimentos nos dez anos que nos separam de 2005.

Quadro 1: Moçambique: situação actual, potencial e retornos no agro-negócio

Agro -Negócios	Áreas em 2015	Mão-de-obra	Potencial	Mão-de-obra	Contributo para o PIB (em US\$)
Açúcar	35 mil ha	20 mil	+ 50 mil ha	+ 30 mil	Total dos quatro Agro-Negócios avaliado em 1.000 milhões
Tabaco	40 mil ha	40 mil Fi	+ 40 mil ha	+ 40 mil	
Algodão	60 mil ha	80 mil Fi	+ 100 mil ha	+ 100 mil	
Caju	10 Fábricas	5 mil	+ 5 Fábricas	+ 2 mil	
Bananas	6 mil ha	18 mil	+ 54 mil ha	+ 15 mil	4 mil milhões
Soja	30 mil ha	30 mil Fi	+ 200 mil ha	+ 100 mil Fi	400 milhões
Raças e Avicultura	70 milhões Aves/Ano	6 mil Fi	+ 200 milhões de Aves/Ano	+ 10 mil Fi	650 milhões
Plantações Florestais	100 mil ha	10.000	+3 milhões ha	+300.000	10 mil milhões

Fonte: Luís Pereira, 2011: Origem da Cadeia de Valor – Inputs, produção, serviços; Lisboa: TechnoServe

2. AGRICULTURA, CORREDORES E CADEIAS DE VALOR

O principal objectivo da Agricultura em Moçambique é oficialmente descrito como visando a criação das melhores condições para a segurança alimentar e nutricional dos pequenos produtores agrários (PPAs), bem assim como o aumento de renda aos vários níveis de empreendedorismo agrícola no país. Esta é a definição que consta no documento central para o sector, o chamado PEDSA 2010-2019 ou Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário em Moçambique (Texto integral em <http://fsg.afre.msu.edu>). Aprovado em Maio de 2011, o PEDSA exprime desta forma, talvez algo contraída, o princípio constitucional da República que define a Agricultura como sendo a base do desenvolvimento económico e social do país. A Constituição acrescenta que cabe ao Estado incentivar e apoiar a produção do sector familiar bem assim como encorajar os camponeses a organizarem-se em formas mais avançadas de produção. (Artigo 106). O PEDSA determina que isto deverá ser alcançado, no período aproximado de uma década, num contexto competitivo, socialmente equitativo e sustentável. Com esse objectivo, quatro vectores são considerados necessários ao desenvolvimento económico e social da Agricultura. O primeiro consiste no aumento de produtividade, produção e competitividade. O segundo diz respeito ao uso coerente de recursos, como a terra, água e florestas, através de um aproveitamento equilibrado e auto-sustentável. O terceiro enfatiza tanto a criação como a manutenção regular e eficaz de serviços e infra-estruturas para um crescente acesso ao mercado de produtores agrícolas a todos os níveis. Por último, o PEDSA reconhece que a existência de instituições agrárias fortes é igualmente essencial ao desenvolvimento agrícola. Complementando o PEDSA, e considerado como sendo um dos instrumentos necessários à sua implementação, existe também, desde 2013, o Plano Director para o Desenvolvimento do Agronegócio (CEPAGRI: 2013). Tem como finalidade o que descreve como a formação de um sector próspero e competitivo capaz de garantir o abastecimento de produtos agrários aos mercados nacional e internacional. Este objectivo geral visa um maior Valor acrescentado nas Cadeias de Valor da produção agrária, o aumento e diversificação de exportações, a redução de importações e, ao mesmo tempo, a criação de emprego e o aumento da contribuição da Agricultura para o Produto Interno Bruto. O seu desenvolvimento requer os vectores que acima foram referidos para o desenvolvimento geral da Agricultura, mas acrescenta como essencial o desenvolvimento de capital humano, a pesquisa científica e inovadora de produtos e mercados, incentivos e as possíveis facilidades fiscais.

Um alto funcionário do Ministério da Agricultura por nós entrevistado garantiu que *“de um modo geral, tanto o PEDSA como o Plano para o Agro-Negócio estão a ser cumpridos, embora necessitando de algumas adequações a novas realidades que não podiam ser previstas há cinco anos”*.

Por outro lado, as áreas de desenvolvimento em Moçambique são caracterizadas pelo PEDSA como sendo seis. Três dessas áreas localizam-se no Corredor de Nacala: Pemba-Lichinga, Nacala e Vale do Zambeze. Uma quarta área localiza-se no Corredor da Beira. O Corredor de Maputo inclui duas outras, Maputo e Limpopo. Estas áreas são também, por vezes, designadas como sendo “corredores”. Mas utilizaremos aqui a referência “áreas” para as designar, quando necessário, reservando o conceito de Corredor para as três zonas de ligação entre portos moçambicanos do Índico quer com o interior do país e o hinterland da África Austral, quer com as áreas de desenvolvimento agrário em cada um deles.

Os três Corredores podem ser caracterizados através das Cadeias de Valor existentes a partir das produções agrícolas e Agronegócios que neles são considerados prioritários e dominantes. É o que procuraremos fazer de seguida mas isso nem sempre é possível porque, entre os produtos referidos, há dois ou três cuja produção em quantidade é comum a todos eles, por vezes em quantidades muito próximas umas das outras, Cadeias de Valor semelhantes e um mesmo Ambiente de Negócio. Isto será devidamente assinalado para esses casos de sobreposição. Na sua caracterização daremos ênfase aos produtos que são objecto de pesquisa no presente inquérito.

Esses produtos agrícolas, com suas extensões para o Agronegócio, são fundamentalmente os que acima referimos. Outros produtos agrícolas serão mencionados apenas quando necessário, se complementares ou meramente como referência. O relacionamento entre produtos e Corredores será referenciado da seguinte maneira:

- **Corredor de Nacala** (Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Nampula): milho, mandioca, soja, cerveja, algodão e caju. Mas também tabaco, arroz, batata, trigo, feijão, fruta, rações e avicultura.

- **Corredor da Beira** (Províncias de Sofala, Manica e Tete): milho, amendoim. Mas também hortícolas, soja, arroz, fruta, rações e avicultura.

- **Corredor do Maputo** (Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane e Maputo-cidade): hortícolas e banana. Mas também açúcar, milho, arroz e avicultura. São importados produtos agrícolas, incluindo Hortícolas, de outros Corredores bem assim como da África do Sul e Suazilândia.

2.1. Corredor de Nacala: mandioca, cerveja, milho e caju

Mais de dez milhões de habitantes vivem no Corredor de Nacala, que inclui as províncias nortenhas de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Nampula. Tem presentemente em construção cerca de um milhar de quilómetros de novas estradas, em fase adiantada. Tal como a linha férrea dos Caminhos de Ferro de Nacala, essas estradas servem o interior do país bem assim como o hinterland da África Austral na sua ligação para e dos países vizinhos de Malawi e Zâmbia, bem assim como o Zimbabwe, com o porto de Nacala, o mais profundo da África Oriental. O porto está localizado dentro do que se designa como Zona Económica Especial (ZEEN), um pólo de desenvolvimento económico e social, com um regime fiscal e aduaneiro favorável. A ZEEN tem como objectivo o fortalecimento das actividades económicas da região bem assim como a atracção de investimentos domésticos e estrangeiros relacionados com diferentes projectos em todos os sectores económicos e sociais.

O Corredor de Nacala é uma região extremamente rica e diversificada em recursos naturais incluindo mais de catorze milhões de terras próprias para a Agricultura. Na sua maior parte, esta não é cultivada ou não o é com regularidade. No entanto, tanto o sector agrícola como o desenvolvimento agro-industrial têm vindo a atrair um significativo interesse de ONGs, de investidores privados nacionais e estrangeiros e de instituições de cooperação internacional e de dadores. Entre estas são, em geral, salientadas pelo seu apoio ao desenvolvimento da Agricultura comercial e rural, a USAID e a Millenium Challenge Corporation (MCC) com um investimento que em 2011 ascendia já a cerca de 130 milhões de dólares US, e o Banco Mundial. De salientar igualmente o interesse da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (Japan International Cooperation Agency ou JICA) e do Governo Brasileiro na constituição de um mega-projecto agrícola e de Agronegócio com o Governo de Moçambique. Designado como ProSavana, este projecto apresenta diversos problemas de execução que têm levado ao seu atraso. Trata-se de questões relacionadas com a sua concepção e materialização e de natureza económica, cultural, política e mesmo ética. A ideia dominante entre muitos dos nossos inquiridos é que esses problemas deverão ser ultrapassados *antes* do início da materialização do projecto. Entre os investidores presentes no Corredor salientam-se as empresas Chiquita e Matanuska LTD dedicadas à produção de banana; um conjunto de empresas transformadoras de Castanha de caju (mais de 85% dos cajueiros localizam-se na área de Nampula); a empresa italiana AVIA com um investimento de 21 milhões de US\$ em jatropa e a produzir em mais de dez mil hectares de terra em Nacala-a-Velha; etc.

De um modo geral, a maior parte dos produtos de que vamos tratar no que respeita ao Corredor de Nacala, nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Nampula, existe também nos outros dois Corredores, da Beira e de Maputo. São eles a mandioca, milho, cerveja, algodão e caju. Faremos igualmente referência às Cadeias de Valor do tabaco, arroz, batata, feijão, rações e avicultura.

2.1.1. Mandioca e cerveja

A mandioca é a cultura predominante no Corredor de Nacala com maior volume na província de Nampula. É também um dos alimentos mais consumidos em Moçambique e, diferentemente de outros produtos como milho, arroz, feijão, etc., não apresenta muitos custos relacionados com insumos, fertilizantes e agro-químicos. Tem ainda a vantagem de fácil adaptação aos solos pobres além de permitir uma fácil conservação quando seca. A sua produção em Moçambique é muito superior à de qualquer outro produto agrícola (ver Quadro 01).

O principal objectivo da sua produção é o consumo e venda em mercados locais. A venda é feita quando seca ou fresca. Por outro lado, a mandioca é uma cultura promissora na medida em que tem vindo a dinamizar o aparecimento de pequenos Agronegócios nomeadamente os constituídos por moageiras que se localizam em diversas zonas. Além da moagem, estas pequenas indústrias funcionam, por vezes, como armazéns onde o saco de mandioca paga por dia dois meticais. Sacos de 50 quilos de milho ou de amendoim pagam cinco meticais por unidade. As moageiras empregam em média dois ou três trabalhadores cuja principal função é transformar a mandioca em farinha tanto para consumo caseiro como para venda nos mercados locais. Essas moageiras são relativamente simples de operar e, quando avariadas, o próprio dono pode, em geral, repará-las.

Podem ser adquiridas no mercado local, mas há casos de indivíduos que preferem comprar no mercado zimbabueano, malawiano ou sul-africano. O casal Machel, em Boane, opera uma moageira comprada no Zimbabwe porque, de acordo com o que afirmaram, “em Moçambique são muito mais caras”. A aquisição

foi possível através do FDD, um apoio que também se verificou a diversos outros inquiridos que operam moageiras.

Os comerciantes de mandioca com meios e capacidade para a adquirir directamente nas diversas zonas produtoras (por exemplo em Malema, Cabo Delgado) chegam a encher camiões de 20 toneladas que depois levam para os mercados abertos para venda a retalho à população. Segundo afirmam, quando perguntados pelas condições ou Ambiente de Negócios em que exercem a sua actividade comercial, eles referem que as suas maiores dificuldades estão relacionadas com os custos de transporte e com o estado das vias rodoviárias. Isto foi particularmente enfatizado por aqueles que residem em cidades e vilas. Referem também, porque agravando o custo da transacção e seu transporte, a extorsão de pagamentos frequentes por parte de elementos da polícia e outros agentes públicos de manutenção da ordem.

Quadro 2: Produção comparativa em 2001/2013 de mandioca, milho, cana-de-açúcar, algodão (s – semente; f- fibra) e caju, em toneladas e médias anuais

ANOS	MANDIOCA	MILHO	AÇÚCAR	ALGODÃO		CAJU
				SEMENTE	FIBRA	
2001	59.745,90	11.432,63	67.56,23	23.432,56	5.022,14	50.768,15
2002	59.245,51	11.147,72	15.862,60	27.945,80	57.882,76	43.920,58
2003	61.499,00	11.787,92	19.407,99	17.869,47	37.873,91	55.860,73
2004	64.127,70	10.603,96	18.732,62	30.363,31	65.028,78	37.627,96
2005	47.824,20	9.420,00	22.469,85	25.968,22	54.309,75	91.327,53
2006	54.813,40	14.178,00	20.603,17	36.013,20	75.747,81	54.988,04
2007	49.592,60	15.820,00	20.606,67	37.294,07	78.606,22	65.118,91
2008	40.545,90	16.760,00	24.511,70	41.254,50	88.610,65	74.401,60
2009	56.700,00	16.120,00	22.070,00	41.254,50	88.610,65	56.030,03
2010	97.380,66	20.898,90	27.204,00	13.626,20	27.154,88	84.518,47
2011	n/d	21.788,42	33.963,34	23.299,55	51.451,34	98.731,81
2012	n/d	n/d	n/d	21.452,34	85.752,24	56.659,89
2013	n/d	n/d	n/d	26.402,88	78.606,22	56.895,35

Fonte: FAOStat 2015; Inquérito; - n/d: quantitativos não estavam disponíveis em Dezembro de 2015.

Em termos de mercado os compradores de mandioca podem ser classificados em compradores domésticos, pequenos e médios compradores e grandes compradores. Nesta última categoria inclui-se a agência local da multinacional Holandesa DATCO que abastece as Cervejas de Moçambique (CDM) com a matéria-prima necessária para o fabrico da cerveja Impala. Este é um novo Agronegócio baseado na mandioca que surgiu em 2011 e que tem vindo a registar um relativamente grande sucesso de vendas. Nos últimos meses de 2015 estava a registar conflitos com seus produtores contratados que acusavam a empresa de diminuir drasticamente o preço de compra para um quantitativo não remunerador. Acusavam-na também de estar a distribuir plantas de cultivo que originam produções que não podem ser consumidas mas apenas vendidas aos novos preços à DATCO. Por outro lado, o Relatório Anual da CDM para 2015 sublinha que o exercício da empresa foi positivo nesse ano devido à expansão de vendas da Cerveja Impala. O seu fabrico consiste na utilização de malte de mandioca no lugar de maltes que, noutras marcas, são importados. O número de agricultores que cultivam mandioca expressamente para o fabrico de cerveja em Moçambique quintuplicou entre 2011 e 2014, tendo passado de 2 mil para cerca de 10 mil, segundo declaração do administrador da CDM.

Quadro 3: preços de venda da mandioca, milho e amendoim (Nacala)

Produto	Compra (local)	Venda (Nacala)	Armazém por saco
Mandioca	1quilograma = 1,00Mt	1quilograma = 5,00Mt	2,00Mt
Milho	1quilograma =7,00Mt	1quilograma = 7,00 a 9,00Mt	50quilograma = 5,00Mt
Amendoim	1quilograma =40,00Mt	1quilograma = 50,00 a 60,00Mt	50quilograma = 5,00Mt

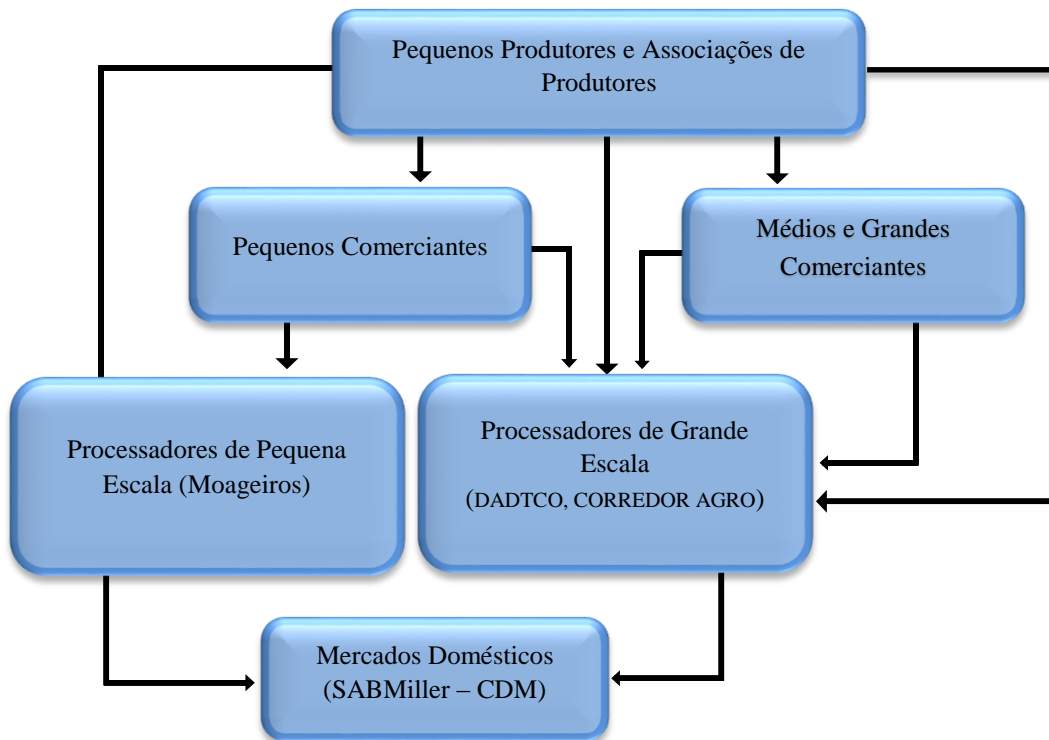
Fonte: Inquérito 2015.

Os pequenos e médios compradores e revendedores de mandioca são aqueles que a adquirem, sobretudo em Malema e Cabo Delgado, em quantidades que variam entre uma e vinte toneladas.

A conclusão a que esta argumentação nos leva é que a mandioca tem um grande potencial para acrescentar Valor ao longo de cada um dos vários elos ou módulos das respectivas Cadeias de Valor. A evidência é, com efeito, que se trata de um produto com uma grande potencialidade e capaz de dinamizar a economia local. As várias moageiras distribuídas na província de Nampula, por exemplo, ocupam a sua capacidade tanto com milho como com mandioca ⁽³⁾. Esta é transformada em farinha e vendida em canecas, pacotes de um quilograma e em sacos de 50 quilogramas. Concorre, em certa medida, com a farinha de milho no mercado local, sobretudo para as famílias de baixa renda. Trata-se ainda de uma farinha que é crescentemente usada na produção de pão, biscoitos e bolos e que tem potencial para concorrer com a farinha de trigo que se encontra à venda nos diversos supermercados. Para que isto, de facto, se concretize é necessário fazer uma aposta na melhoria no armazenamento, na selecção qualitativa da mandioca a ser processada e, finalmente, no empacotamento de forma a se aumentar a sua qualidade e importância no mercado.

³ Houve dificuldade em se conseguir o número total de moageiras a operar por exemplo nas cidades, como Nacala e Nampula. Se é que existem, os SDAE não facultaram quaisquer registos. No caso da cidade de Nampula as duas reuniões marcadas com o Director Provincial não se efectivaram devido à sua indisponibilidade no último momento. Na vila de Cuamba contabilizaram-se nove moageiras.

Figura 1
Cadeia de valor da mandioca (corredor de Nacala), 2015



Fonte: Inquérito 2015;

Figura 2
Cadeia de valor de cerveja à base de mandioca



Fonte: Inquérito 2015

2.1.2. Milho

Em ordem de importância de produção, o milho ocupa o segundo lugar no Corredor de Nacala, depois da mandioca. O mesmo sucede no contexto nacional. No entanto, e ao contrário daquela, a cultura de milho é muito exigente em termos de insumos e requer mais cuidados como sacha efectuada regularmente, uso de insecticidas e protecção contra animais roedores e pássaros. É também uma cultura alimentar básica no conjunto dos países da África Austral. Em Moçambique, e apesar de ser uma produção que é feita em todo país, a sua produção é mais abundante nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Tete, constituintes do Corredor de Nacala, bem assim como em Zambézia, Manica e Sofala, no Corredor da Beira.

Em todos os casos, os níveis de produtividade permanecem ainda muito reduzidos. A média das áreas cultivadas situa-se entre 1,6 e dois hectares, na sua maior parte trabalhadas por PPAs e, por vezes mas não sempre, em regime de associação.

Uma das causas principais para a exiguidade das áreas cultivadas relaciona-se com os custos de mão-de-obra que áreas maiores requerem. Isto aplica-se também ao processamento do milho produzido ao longo dos Corredores de Nacala, Beira e Maputo.

A dinamização de Agronegócios que se ocupam da moagem do milho é uma das vantagens da sua produção. Em grande parte dos distritos dos três Corredores, embora com ênfase para o Corredor de Nacala, é notável a existência destas pequenas indústrias que descascam e moem para a produção da farinha quer para consumo doméstico quer para o mercado local e regional. O farelo é empregue na alimentação de animais domésticos e na produção de bebidas alcoólicas.

De um modo geral, as unidades de moagem são de pertença familiar empregando, além do dono, um ou dois membros da sua família. As unidades médias de produção empregam, no mínimo, cinco trabalhadores. Estes números parecem ser comuns ao processamento do milho produzido nos dois corredores. No Corredor do Maputo as Moageiras Humula, pertencentes ao mesmo empresário, estão distribuídas desde a cidade de Maputo, Xiquelene, Mahubo, Costa do Sol até Boane, Namaacha, e Macia. São mais de dez unidades. De acordo com o dono, *“Este é um Agronegócio relativamente compensador e, por isso mesmo, pretendo expandir o número de moageiras para uma crescente cobertura da região.”*

Um outro caso com interesse foi-nos descrito pela senhora Fátima Bolacha Florêncio, proprietária da moageira Falik em Ribaué. Disse ela: *“Comecei o meu negócio em 2005 mas, somente a partir de 2012, eu iniciei o empacotamento em embalagens de dez, vinte e 25 quilogramas que vendo ao mercado grossista de Nampula. Isto alargou muito as minhas possibilidades de crescer”*. Na mesma entrevista ela informou que na sua empresa trabalham cinco indivíduos e um guarda. Ela adquire milho em Malema, Lalaua, Namina e Ribaué por um preço que ronda os cinco Meticais por quilograma. O farelo que resulta do processamento é igualmente vendido no mercado local para alimentação de animais e produção de *cabanga*, uma bebida de fabrico caseiro. Só por si, o preço de venda deste produto atinge igualmente os cinco Meticais por quilograma no mercado.

A prática comum aos produtores de milho é o uso das sementes da época anterior. Isto limita a sua produção e a produtividade. Em alguns casos, quando os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) conseguem fornecer variedades de sementes melhoradas com preços bonificados, os produtores familiares adquirem-nas. Mas isto nem sempre acontece: *“Na maioria dos casos”*, afirmou-nos em entrevista o Director dos SDAE em Cuamba, província do Niassa, *“os governos distritais não as recebem para cedência aos produtores ou não as distribuem quando devem. Isto pode afectar gravemente a produção porque torna os custos insuportáveis. Por exemplo, no distrito de Cuamba as sementes bonificadas que colocamos à venda custam 28 Meticais por quilograma enquanto o mesmo preço no mercado, nomeadamente na Agricel, ascende a 110 Meticais por quilograma”*. (Preços de 2014/15).

No que se refere ao Ambiente de Negócios em que a comercialização e produção do milho se efectua, ambas estas actividades enfrentam muitos problemas ligados a insumos, à falta de mecanização e à ausência de novas tecnologias incluindo processos de colheita e conservação. Na falta de alternativas, são usados celeiros tradicionais, ao ar livre. A construção e utilização de silos, que tem vindo a aumentar nos últimos anos, parece, todavia, ser o processo mais adequado para minimizar as perdas resultantes de má conservação.

Um outro factor negativo que afecta a muita procura de Milho ao longo do corredor de Nacala é o que é considerado como sendo um difícil acesso ao mercado. Com efeito, os custos de transporte dos locais de produção para as zonas de processamento, sobretudo nas vilas e cidade, foram referidos por uma grande maioria dos nossos inquiridos como sendo muito elevados. Normalmente os compradores penetram nas regiões de produção e adquirem o produto directamente a preços mais baixos do que aqueles que são possíveis em mercados abertos. *“Nos casos em que a venda não se faz dessa maneira e não conseguimos chegar aos locais de venda, grande parte da cultura apodrece ou, pior ainda, é destruída por roedores, pássaros ou pragas...”*, afirmou um dos inquiridos.

O custo crescente dos transportes faz com que não haja alternativas para os compradores que vêm de fora e para os preços que oferecem. Mas este processo, por sua vez, tem a vantagem de permitir que os próprios produtores se organizem e consigam criar uma boa base de negociação de preços.

De um modo geral, os compradores procuram ultrapassar esta capacidade de controlo sem todavia o conseguir face a associações bem organizadas e operativas. Mas isto está ainda no início. Seja como for, há uma nova forma de venda através de cooperativas que se tem vindo a expandir em vários pontos do país. O próprio sistema cria condições para ela. Em Cuamba, por exemplo, a Cooperativa ALIMI adquire produtos dos seus membros que, em Março de 2015, perfaziam já o número de 385 homens e 211 mulheres. Dois membros da direcção daquela Cooperativa afirmaram que esta *“opera já em seis distritos, nomeadamente Cuamba, Mecanhelas, Maua, Mandimba, Metarica e Nipepe. Mas, devido ao sucesso que atingimos, estamos em expansão rápida.”* A sede da Alimi é em Cuamba e o seu objectivo é o de dinamizar a produção e comercialização de excedentes agrícolas da região sul do Niassa. Entre esses produtos salienta-se a soja, amendoim, gergelim e feijão. Em nome dos seus membros, a Alimi comercializa estes produtos nos mercados nacional e internacional.

O milho é também uma das produções relativamente importantes no Corredor do Maputo. É cultivado ao longo de toda a sua extensão. Como principal referência para o presente inquérito, estudámos em particular a sua produção nos distritos de Boane e Moamba. Trata-se de uma produção destinada ao auto-consumo mas também para abastecimento dos mercados locais. As unidades de processamento deste milho são, sobretudo, as moageiras existentes em Boane, Moamba, Maputo e Matola. O resultado deste processamento é a farinha de milho e o farelo. Enquanto a farinha é colocada nos mercados abertos e unidades comerciais para consumo, o farelo é comprado para o fabrico doméstico de bebidas alcoólicas. Este facto foi constatado tanto em Boane como na Matola. Embora menor, verifica-se igualmente procura e oferta comercial de farelo para a alimentação de animais domésticos. Também nos dois distritos, alguns donos de moageiras admitem que o farelo tem com frequência mais procura do que a própria farinha de milho.

Quadro 4

Média das áreas cultivadas com milho, em hectares, 2015

Província	Distritos	Média em ha
Nampula	Monapo	1.639
	Ribaue	1.810
	Meconta	1.500
	Total	1.727
Niassa	Cuamba	1.615

Fonte: Inquérito 2015

A produção dessa farinha em todo o Corredor de Maputo é produzida pelas grandes indústrias localizadas na cidade de Matola. O mesmo se dá com o farelo. Empacotada em sacos desde um quilograma até 50 quilogramas, a farinha assim produzida concorre directamente com a farinha proveniente da África do Sul e da Suazilândia.

Na realidade, esta concorrência com produtos semelhantes oriundos de países vizinhos é algo que se verifica com os produtos estudados neste inquérito e em todo o país. O mesmo acontece com a maior parte de outros produtos agrícolas do Corredor de Maputo, incluindo o tomate, repolho, pepino, cenoura, alho, cebola, ou piri-piri, produzidos ao longo do Corredor e nos vários regadios. A excepção é, em geral, a que se refere a outros hortícolas como couves diversas e alface. Esta situação de competitividade frontal acaba determinando o comportamento do mercado uma vez que os produtos são invariavelmente adquiridos pelos comerciantes externamente quando aí são mais baratos e vice-versa.

Por outro lado, existe também um considerável comércio transfronteiriço no corredor de Nacala, ao longo dos cerca de 1 300 km de fronteira que separam Moçambique do Malawi, Zâmbia e Zimbábue. De particular interesse conta-se o comércio do milho com o Malawi e Zâmbia que se mantém informal e é mais ou menos tolerado pelas autoridades dos três países. Aliás, há contactos mais ou menos regulares ou sempre que necessário entre elas com esse objectivo (declarações oficiais, Cf Notícias 14 de Janeiro de 2016). Há, todavia, situações de escassez em que as autoridades apelam para que esse comércio seja suspenso para garantir alimentação nos países de origem (AIM 7.03.13). Seja como for, trata-se de um comércio que tem vindo a registar tendências para aumentar em anos consecutivos. Inclui também feijão e arroz, embora em pequenas quantidades. As transacções informais de arroz, embora reduzidas, tendem a variar numa relação inversamente proporcional ao aumento ou diminuição da oferta e preços do milho. O comércio informal transfronteiriço do milho foi calculado como tendo ascendido a mais de 18 milhões de dólares US em 2009/2010 (Paulo 2011: 18). Pode ser caracterizado em dois vectores de e para Moçambique.

O primeiro é de natureza formal entre empresas que estão registadas administrativamente como tal e cumprindo os necessários requisitos aduaneiros. O segundo é o tipo de comércio em geral designado como informal porque se efectua sem registos administrativos e ignora o cumprimento de procedimentos alfandegários e fiscais.

A integração desta prática comercial transfronteiriça entre os três países é considerável: os aumentos, descidas ou choques de preços num deles reflectem-se invariavelmente, mais cedo ou mais tarde, nos outros dois. Moçambique e o Malawi, entre os quais se verificam as maiores transacções de Milho, é que, em geral, mas não sempre, estabelecem os preços do comércio informal.

Na avaliação da Cadeia de Valor deste tipo de produção para o mercado transfronteiriço informal há duas importantes características. A primeira é que se trata de uma Cadeia de Valor muito curta na medida em que coloca frente a frente o produtor do milho excedentário e o seu eventual comprador. Será este que o revenderá no interior do Malawi directamente a consumidores ou a empresas que o colocarão no mercado de consumo. Não há, portanto, nem a participação de um número elevado de intermediários nem dos custos representados pela formalização da transacção.

Numa aproximação à possível quantificação destes preços e se considerarmos o preço recebido por Pequenos Produtores Agrários (PPAs) em Moçambique como equivalente a 100 por cento, é calculado que o seu preço de venda no mercado transfronteiriço informal ascende em geral a 163/170 por cento desse Valor. Os preços de revenda no interior do Malawi ou, em menor escala, na Zâmbia, são praticamente impossíveis de precisar; mas podemos fazer uma ideia se considerarmos que o preço no mercado formal de um quilo de milho importado chega a alcançar os 300 por cento daquele custo inicial.

A Cadeia de Valor do milho nestas condições é, portanto, altamente lucrativa no seu consumo final. Isto não é alheio à manutenção do respectivo “Ambiente de Negócios” informal que o comércio fronteiriço de milho determina e é, portanto, um importante factor para a sua produção.

2.1.3. Caju

Como é sabido, a importância da castanha de caju na economia nacional é considerável. A necessidade de se aumentar a produção em cerca de 80% para o ano de 2020, conforme o Plano Director do Caju 2011-2020 (INCAJU 2011), é um indicativo disso, não só para o mercado nacional como em relação ao internacional. Por determinação do Ministério da Agricultura, esse proposto aumento será feito em paralelo com o fortalecimento da capacidade nacional de processamento (Ibidem).

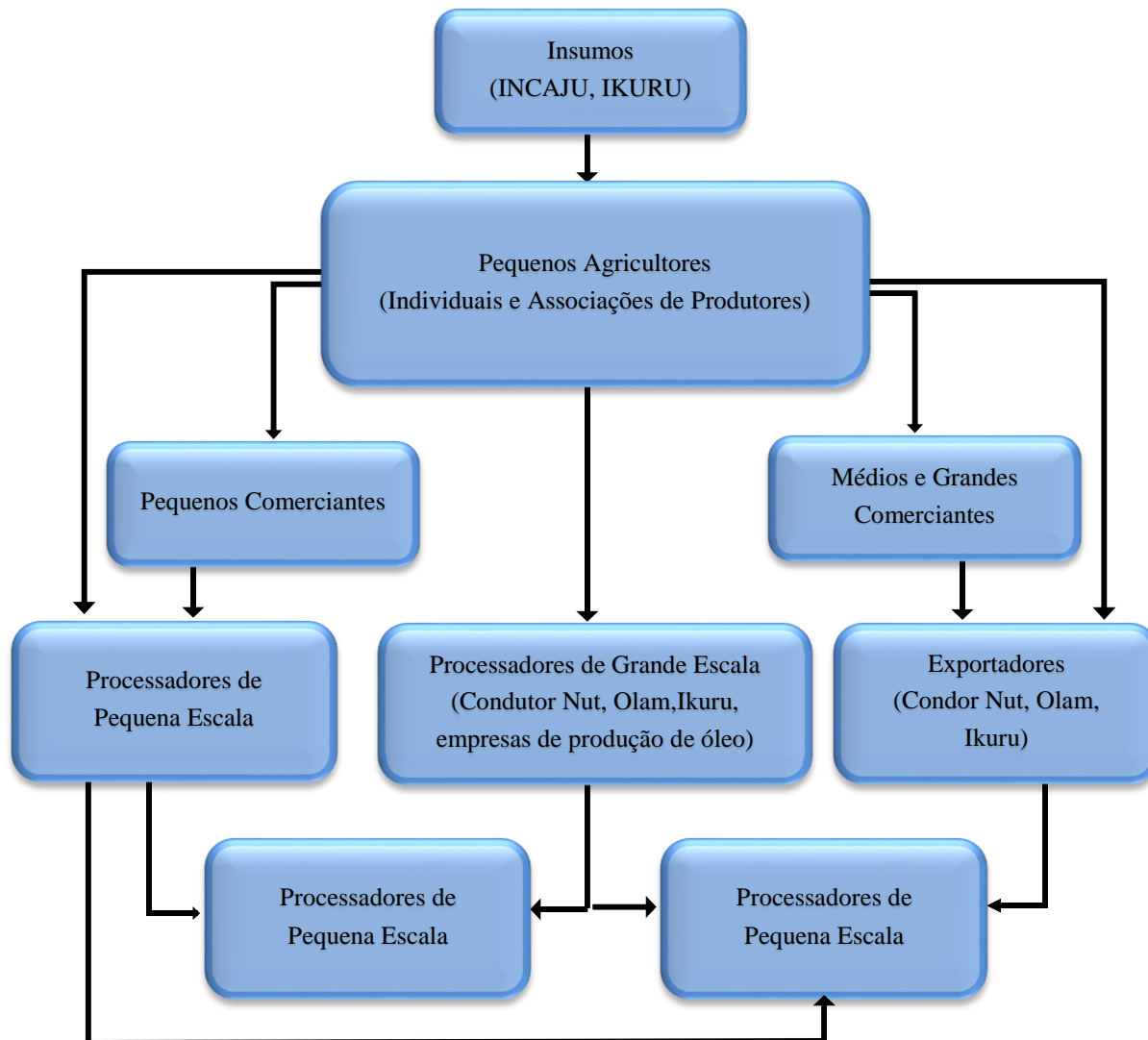
Trata-se de um sector enraizado no território moçambicano desde o período colonial e com importância nacional e internacional. Apesar da produção e o processamento terem tido um declínio bastante acentuado, determinado pela imposição de políticas erradas do Banco Mundial, na última década várias fábricas de processamento de castanha de caju entraram de novo em operação.

O corredor de Nacala é também um produtor de referência da castanha de caju. De facto, e segundo números da FAO, o norte de Moçambique é o maior produtor da castanha de caju a nível nacional. O produtor familiar é praticamente o responsável pela produção quase total. Normalmente as plantações estão espalhadas quer no próprio espaço residencial quer nas machambas que produzem cereais e outros produtos alimentares. A maior parte destes pequenos proprietários não considera como seus esses cajueiros pelo que não incluem a sua manutenção e tratamento como sendo parte das suas actividades agrícolas. Em termos de práticas agrícolas, eles dão-lhes em geral muito reduzida atenção – o que afecta a respectiva produção e produtividade. Limitam-se, em suma, à apanha de castanha de caju quando chega a época de colecta, em vez de tratarem as árvores ao longo de todo o ciclo agrícola.

A cultura do cajueiro não é muito exigente excepto quando atacada por algumas doenças/pragas que igualmente afectam tanto a produção como a produtividade. Nesse caso, as campanhas de pulverização entre Junho e Agosto são levadas a cabo pelo INCAJÚ. A venda, que começa em torno da segunda semana de Outubro e termina no segundo semestre de Janeiro, é feita informalmente pelos produtores familiares. Comerciantes, principalmente indianos bem como outros interessados e empresas, como a Condor Nut, são potenciais compradores da castanha de caju.

A procura de castanha ultrapassa com frequência a sua oferta nos mercados locais. O Presidente da Associação Aquimimo em Carapira, no Monapo, sublinhou este facto em entrevista que nos concedeu em Março de 2015: “*O caju é um produto que sempre se esgota na época da comercialização*”. Mesmo em Meconta, onde um dos grandes compradores da castanha de caju produzida, os armazéns Armani, tinha fechado pelo facto de o gerente ter morrido, praticamente não havia castanha de caju no mercado com a excepção de dois indivíduos, que vendiam em canecas, e de alguns comerciantes ao longo da estrada. Com efeito, parte da amêndoa resultado do seu processamento básico é por vezes vendida ao longo das estradas por vendedores ambulantes, mas também pode ser encontrada empacotada nas diversas lojas das cidades.

Figura 3
Cadeia de valor da Castanha de caju, corredor de Nacala, 2015



Fonte: Inquérito 2015

A vantagem da castanha de caju no corredor de Nacala não se resume à sua amêndoa. A própria casca origina o chamado CNSL com alto valor comercial. Permite ainda a produção de óleo. No distrito de Meconta, por exemplo, uma fábrica com interesses chineses foi instalada para seu aproveitamento. Uma outra fábrica de extracção de óleo de casca de castanha de caju vai entrar em funcionamento, a partir de 2017, na cidade portuária de Nacala-Porto, em Nampula para, entre vários objectivos, alimentar a indústria de aviação civil. Os preparativos para a materialização daquele projecto, que conta com o financiamento do Governo e parceiros de cooperação, estão já numa fase avançada.

No entanto, no corredor de Nacala é ainda enorme a quantidade de castanha de caju exportada sem qualquer tipo de processamento local se comparada com a quantidade de amêndoa exportada após esse processamento básico feito por indústrias nacionais. Ainda que exista mercado interno para a amêndoa, sua utilização em pastelaria e farinhação, a verdade é que estamos ainda longe de ter uma Cadeia de Valor mais extensa e completa para este produto. A amêndoa exportada é posteriormente submetida a processamentos adicionais nos países de destino. A isto acresce o facto de a amêndoa ser exportada antes de ser embalada,

facto que reduz consideravelmente o preço pago pelo importador além de igualmente reduzir o valor acrescentado na respectiva Cadeia de Valor em Moçambique.

Figura 4
Cadeias de valor de caju, antes e depois do Banco Mundial



2.2. Notas sobre cadeias de valor do caju antes e pós-2001

Os dois primeiros elos, produção e exportação da matéria-prima, são agora em parte realizados em Moçambique. Elos seguintes, representando o maior quantitativo nos acréscimos de Valor, são monopolizados por interesses estrangeiros, nomeadamente da Índia.

Primeiro e Segundo Módulos: Cerca de um milhão de pequenos produtores cujo fornecimento vale cerca de 35 mil Dólares US. O preço de compra da castanha aos produtores é considerado baixo: 20 a 35 Meticais/Quilograma. Os intermediários entre o fornecimento e a exportação eram, em geral, pequenas empresas de 2/3 elementos. Não havia bónus ou aumentos de pagamento para melhorias da qualidade da castanha. Poucos apoios do sector público ou privado. A produção chegou a níveis inferiores a 25 por cento do seu máximo histórico. A qualidade da castanha exportada, em geral para a Índia, era considerada como sendo de qualidade inferior. Cinco grandes exportadores e mais de duas dezenas de pequenos exportadores representavam cerca de 98 por cento da totalidade das exportações.

Terceiro e Quarto Módulos: O processamento primário e secundário são feitos fora de Moçambique por uma vasta quantidade de processadores utilizando tecnologias manuais e garantindo um grande número de empregos. Até à intervenção em contrário do Banco Mundial em 2001, este processo era integralmente efectuado em Moçambique num número considerável de fábricas em todo o país. Devido à aceitação daquela interferência, essas fábricas viram-se obrigadas a fechar despedindo milhares de trabalhadores. Existem três grandes mercados internacionais para o caju na economia-mundo: Estados Unidos – 50%; Europa - 29%; Índia - 19%. O mercado preferencial para castanha de Moçambique é a Índia. A amêndoa processada no país é exportada para os Estados Unidos, Europa e, mais recentemente, para a África do Sul. Nos últimos anos, a Cadeia de Valor da castanha de caju em Moçambique sofreu importantes modificações.

Embora os processos e respectivos elos de Produção tenham continuado na mesma, houve um esforço bastante consequente no que respeita aos dois outros grupos de elos, que designamos como Matéria-Prima e Segundo Processamento. Uma grande parte destas operações passou a ser realizada em Moçambique. Isto deu um importante impulso à produção nacional de cajú.

2.3. Corredor da Beira: soja e avicultura, amendoim, algodão

O Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (Beira Agricultural Growth Corridor abreviado como BAGC) ou Corredor da Beira abrange as províncias de Sofala, Manica e Tete. O milho, como já referido a propósito do Corredor de Nacala, tal como a soja e amendoim, que vamos discutir de seguida, são algumas das suas mais importantes produções agrícolas. Com efeito, e entre outros produtos, o Corredor produz também e tem um grande potencial para a produção comercial de trigo, hortícolas, arroz, fruta, cajú e açções bem assim como para a avicultura. É considerado como sendo uma das mais férteis regiões agrícolas do país. Discutiremos em seguida os casos e Cadeias de Valor da soja, amendoim e algodão, embora este último seja igualmente um produto dominante do Corredor de Nacala.

Nos anos que se seguiram à criação do Corredor, verificou-se um interesse relativamente grande no seu desenvolvimento com a possibilidade de investimentos consideráveis no sector da Agricultura, particularmente na produção de açúcar e algodão. Houve igualmente investimentos em infra-estruturas, na exploração de carvão e outras indústrias. Porém, o agravamento da situação político-militar no país bem assim como a eclosão da crise financeira de 2015 estão já, e vão continuar a afetar profundamente esta tendência positiva de desenvolvimento.

Com a particularidade de ter sido lançado no Fórum Económico Mundial em Davos, em 2010, o BAGC é oficialmente descrito como sendo uma parceria envolvendo o Governo de Moçambique, o sector privado, agricultores locais e a comunidade internacional. Nomeadamente, destaca-se o apoio e cooperação da Noruega e Grã-Bretanha ao lado de investidores privados, como a Yara, So Soja, Frutis Lda ou a AGRA, também conhecida como Alliance. Tem objectivos múltiplos que actualmente se encontram mais ou menos na expectativa de dias melhores. Entre eles salienta-se a modernização e desenvolvimento do Porto da Beira e suas ligações rodoviárias e ferroviárias com a região central de Moçambique e com o *hinterland* da África Austral, particularmente com o Zimbabwe e o sudeste do continente; o estímulo ao aumento crescente da produção, da produtividade e renda dos pequenos produtores agrários (PPAs) locais; e, como já referido, a atracção de investimentos privados para projectos auto-sustentáveis de produção agrícola comercial, Agronegócio e outros na região com a necessária coordenação no que respeita à Cadeia de Valor da Agricultura. A possibilidade anunciada destes e outros investimentos chegou a somar mais de mil milhões de Dólares US (BAGC 2013). Esta descrição é complementada pela indicação de que existem 10 milhões de hectares de terra arável que não são minimamente explorados. A maioria da população é camponesa e vive quase que unicamente a partir de uma Agricultura de auto-subsistência familiar. Por outro lado, e apesar de alguns projectos aguardando concretização, não há praticamente Agricultura comercial de sucesso no Corredor e a que existe limita-se a explorar menos de 0,3 por cento dos dez milhões de hectares de terras aráveis (Ibidem).

Cenários prospectivos a médio e longo prazo de projectos eventualmente possíveis incluem a utilização de cerca de 200 mil hectares de terra irrigada para produção de alimentos e outras culturas comerciais por pequenos produtores agrícolas da região. Está ainda previsto que mais de 150 comunidades localizadas junto às zonas de produção agrícola comercial passem a curto prazo a beneficiar do acesso a água e energia (BAGC A 2013).

De certo modo este é um projecto essencialmente experimental. Em caso de sucesso deste investimento inicial na transição da Agricultura no BAGC, seguintes investimentos dos sectores público e privado orçados em cerca de 1,7 mil milhões de Dólares US poderão vir a ser efectuados. Prevê-se que esses investimentos tenham possibilidades de originar rendimentos regulares de mil milhões de Dólares por ano bem assim como novos investimentos ao longo de todas as Cadeias de Valor agrícolas (BAGC 2013).

O plano básico da constituição e funcionamento do Corredor da Beira inclui, entre outros, as seguintes realizações até 2030:

- a) Cento e noventa mil hectares de terra irrigada para Agricultura, originando produtos de classe mundial para colocação nos mercados nacional, regional e mundial;
- b) Mais de 350.000 empregos na Agricultura ou em Cadeias de Valor que dela dependentes;
- c) Um número superior a 200.000 pequenos agricultores em transição para produção comercial e com acesso a maiores rendas, insumos melhorados, mercados e mesmo financiamentos (Ibidem).

Os documentos iniciais que lançaram o Corredor da Beira e dão notícia sobre o interesse de investidores (entre eles, cf BAGC: 2013) acrescentam que os lucros líquidos previstos poderão equivaler a cerca de três vezes o investimento permitindo que mais de um milhão de pessoas saiam da pobreza absoluta.

Todavia, no Inquérito que realizámos, o Corredor da Beira foi em geral caracterizado por um muito deficiente Ambiente de Negócios. Esta também a conclusão de um Inquérito do Banco Mundial (World Bank 2011). Há tentativas em curso que procuram precisamente a criação de condições que o possam melhorar. Mas é possível que o abrandamento dos negócios que agora se verifica, transfira para um futuro para já indeterminável a realização integral desse projecto. O inquérito feito há mais de cinco anos pelo Banco Mundial indicava alguns dos mais prementes problemas que se verificavam então. Os inquéritos que realizámos para este relatório confirmam que a sua existência continua hoje e que, em alguns casos, eles se têm vindo a agravar.

Trata-se de críticas feitas de um modo geral por empreendedores de Pequenas e Médias empresas e Associações Económicas mas também por responsáveis ligados a Associações de Camponeses, a movimentos sociais e ao próprio BAGC. Por exemplo, o número de inspecções governamentais continua a aumentar bem assim como a apropriação ilegal de rendas; existe um número excessivo de regulamentações e, no caso das PMEs, de inspecções; a força de trabalho está muito deficientemente preparada; embora tenha beneficiado de alguns melhoramentos; a rede de transportes e de infra-estruturas continua muito aquém das necessidades; o acesso a água, energia e saneamento não melhorou substancialmente nos últimos dez anos; há uma necessidade premente de melhoria de eficiência e capacidade dos serviços públicos.

Em suma, a região do Corredor da Beira, em geral, e a província de Sofala em particular são consideradas como sendo excessivamente burocráticas e, surpreendentemente, como sendo pouco ou nada receptivas à facilitação e funcionamento de negócios e ao desenvolvimento necessário e possível. Tentativas de ultrapassar esta situação, nomeadamente através da coordenação dos serviços em Balcões de Atendimento Único (BAU), continuam a não funcionar. Uma das principais razões para isso, talvez a razão de fundo é hoje, e como já era há mais de cinco anos, “a relutância de várias instituições em abdicar da sua influência” (World Bank 2011: 17). Com efeito, é a ilusão de poder relativo assumida por essas instituições com o correspondente abuso de autoridade, que permite, a parte dos seus funcionários e agentes a vários níveis de responsabilidade, a extração ilegal de rendas como intrínsecas a esse tipo de comportamento negativo e condenável.

2.3.1. Soja e Avicultura

A soja foi introduzida em Moçambique a partir da década de 1980 ⁽⁴⁾. Hoje é produzida nos Corredores de Nacala (nas províncias de Niassa, Nampula e Tete), no Corredor da Beira (em Manica) e, em pequenas quantidades, no Corredor do Maputo. Trata-se de uma cultura cujo mercado mundial é dominado pelo Brasil, Argentina, China, Índia e Estados Unidos. Como produtor de soja, Moçambique surgiu mais recentemente, a par de outros países como Nigéria e Ucrânia. A partir da década em que a soja foi introduzida em Moçambique a sua produção tem vindo a aumentar de forma significativa com destaque para o corredor de Beira, em Manica.

O Corredor de Nacala inclui igualmente a Soja entre as suas principais produções. No que diz respeito ao Corredor do Maputo, apesar do seu grande consumo de Soja, quase que não a produz. A Soja que aí alimenta as grandes indústrias, como a CIM, a MEREC, a Membe, etc., é importada da África do Sul e outros países como Índia, Malawi e Argentina.

A indústria avícola nacional é uma impulsionadora da produção de Soja devido à sua procura por bagaço para a produção de rações. Uma análise realizada pela TechnoServe (Pereira: 2011) revelou que o bagaço de Soja representa 34% do custo de um frango. A indústria avícola tem grande potencial de crescimento em Moçambique visto que o consumo *per capita* de frango é ainda muito baixo quando comparado com os países da região (os sul-africanos consomem em média 20 vezes mais frango que os moçambicanos). Entre 2007 e 2013 a produção avícola nacional duplicou e, conseqüentemente, o mesmo se verificou com a produção de ração. Trata-se de um Agronegócio em rápida expansão.

A Alfa Agricultura Limitada, por exemplo, tenciona expandir a sua criação de aves de capoeira em larga-escala e tem vindo a adquirir terra para o cultivo de Soja destinada à produção de rações mas também à exportação. A Le Grange tem um projecto semelhante em execução. Um outro Agronegócio que já opera na área há bastante tempo é a New Horizons, Mozambique. Possui, desde o seu início, um centro de incubação e criação de aves. Nesta área incluem-se ainda empresas de produção de ovos como a Mozambique Fresh Eggs.

No corredor da Beira verificou-se nos últimos anos o aumento da produção, em particular na Província de Manica, sobretudo no distrito do mesmo nome e em Gondola. Inicialmente, a maior produção era feita na Província de Tete, com destaque para o Distrito de Angónia, cuja produção de soja chegou a atingir mais de 50% da produção total daquela Província. Por último, e no que se refere à atual campanha agrícola de 2015/2016 na Província de Manica, e segundo tornado público no seu lançamento oficial, o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, MASA, prevê que nela se venha a registar um aumento de produção de cerca de 250 toneladas. Isto equivale a um aumento na produção de cereais na ordem dos seis por cento, oito por cento de leguminosas e treze por cento de hortícolas. A província tem vindo a beneficiar do trabalho de extensionistas cujo trabalho permitiu aumentar o número de produtores de excedentes para o mercado. Uma das recomendações do governo foi a de se passar a usar a enxada de cabo longo com abandono da enxada de cabo curto. Parte dos distritos (nomeadamente Machaze, Sussundenga, Barué, Mossurize, Vandúzi e Macate) é, porém, deficitária na produção de alimentação com colheitas fracas. A província

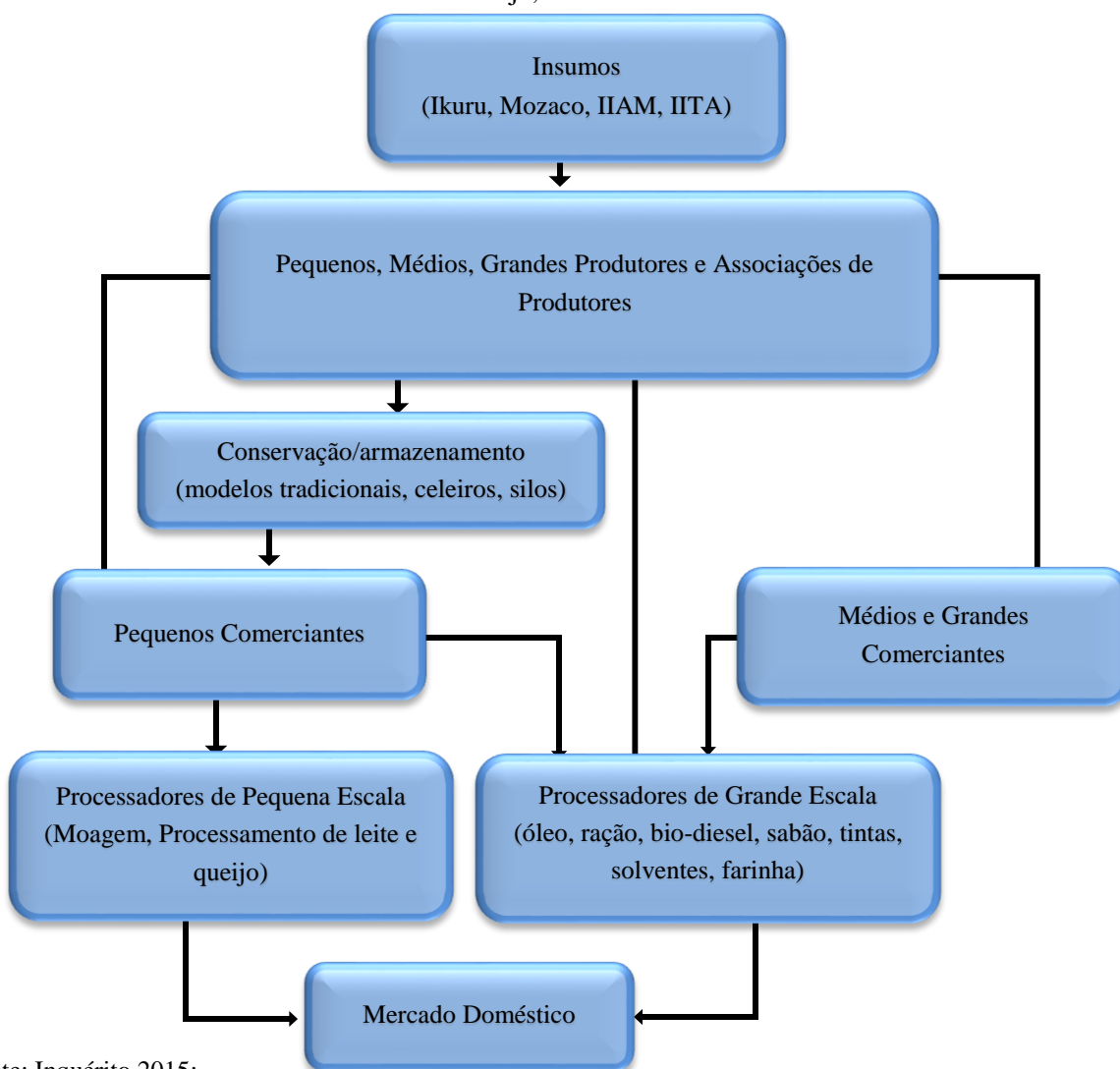
⁴ Inicialmente foi introduzida na localidade de Lioma, distrito de Gurué nos inícios da década de 80 como cultura mecanizada intensiva em sequeiro com assistência brasileira (500 a 600 hectares/ano). Este projecto foi suspenso a partir de 1984/1985 devido à chamada Guerra dos Dezasseis Anos. Em 2003/4 foi reintroduzida em Lioma junto aos pequenos produtores, estimando-se uma produção nacional de 400 toneladas e uma demanda enorme da indústria avícola.

dispõe de mais de 200 tractores. Com a expansão dos serviços de assistência técnica estes são considerados entre as principais razões para o aumento de produção e produtividade que a província tem vindo a registar. A acção do Governo tem vindo também a contemplar a melhoria da assistência técnica através da contratação de novos extensionistas, disponibilização de insumos e meios de produção, acções de fomento pecuário, construção de infra-estruturas, bem como a melhoria da capacidade de prevenção e controlo de doenças e pragas diversas. Na avaliação governamental, que referimos acima, também nestes sub-sectoros o PEDSA 2011-2020 é descrito como estando “*a ser seguido e implementado*”.

Tal como no Corredor de Nacala, no Corredor da Beira a produção encontra-se em expansão devido ao aumento de procura impulsionada pelos grandes consumidores como, por exemplo, os Agronegócios Abel Antunes, Agra e outros que necessitam do produto para fabrico de ração para animais. Ainda na província de Manica, em Chimoio, a So-Soja tem vindo a especializar-se na diversificação possível de produtos a partir da soja. Embora seja uma unidade de processamento relativamente pequena, ela produz já leite, iogurte entre outros derivados com boa aceitação no mercado.

Figura 5

Cadeia de valor de soja, corredores de Nacala e Beira:

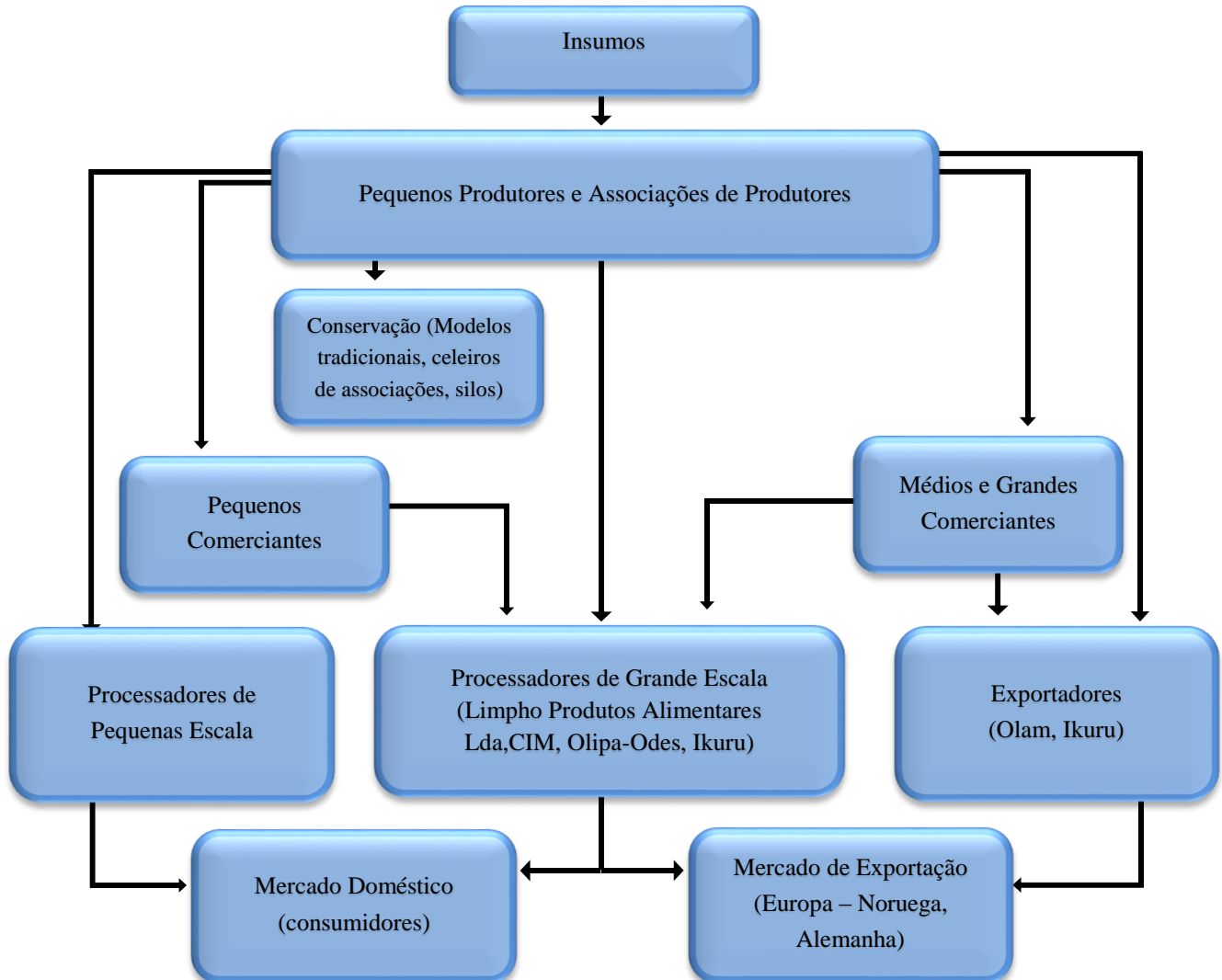


Fonte: Inquérito 2015;

2.3.2. Amendoim

O amendoim é uma oleaginosa de grande importância na dieta dos moçambicanos. As suas sementes apresentam elevados teores de vitaminas proporcionando assim alta rentabilidade de óleo facilmente digerível. Possuem igualmente um sabor agradável e são ricas em óleo (aproximadamente 50%) e proteína digerível (22 a 30%). A semente pode ser utilizada para a extração de óleo, na alimentação humana, na indústria de conservas e em produtos medicinais. O resíduo da extração do óleo, por sua vez, constitui importante fonte para alimentação de gado.

Figura 6
Cadeia de valor de amendoim



Fonte: Inquérito 2015;

Em Nampula, o amendoim constitui a quarta espécie mais cultivada, depois da mandioca, algodão e milho, ocupando cerca de 7,8% da área total cultivada. Também a nível mundial o amendoim constitui a quarta maior cultura oleaginosa depois da soja com 56,8%, algodão com 11,3% e colza com 11,1%. Como maiores produtores mundiais do amendoim destacam-se a China, Índia, EUA, Nigéria, Indonésia e Senegal.

Em Moçambique, o amendoim é praticamente cultivado em todo território nacional, mas a maior produção vem dos Corredores da Beira e Nacala. À semelhança do que sucede com o feijão, o Corredor do Maputo, sobretudo a cidade capital, adquire nos mercados do centro e norte geralmente em sacos não processado ou apenas descascado. O amendoim proveniente da zona centro e norte do país compete com o amendoim proveniente da República da África do Sul e da Suazilândia processado e empacotado em quantidades que variam entre um, cinco e dez quilogramas.

Ao nível do país é no Corredor de Maputo, concretamente na Matola, onde se faz o processamento do amendoim. Trata-se da Limpho Produtos Alimentares Lda, uma micro-empresa localizada na Matola e Machava, criada em 2011, que produz manteiga de amendoim e a comercializa sob marca registada Xikhaba.

Além deste processamento, a indústria Wembe, também localizada na cidade de Matola, processa o amendoim pilando-o e empacotando-o em plásticos de um quilograma. De acordo com as constatações feitas este produto, comercializado em diversos supermercados das cidades de Maputo e Matola, tem muita aceitação no mercado das cidades e se tem tornado num grande concorrente do amendoim proveniente da África do Sul e da Suazilândia.

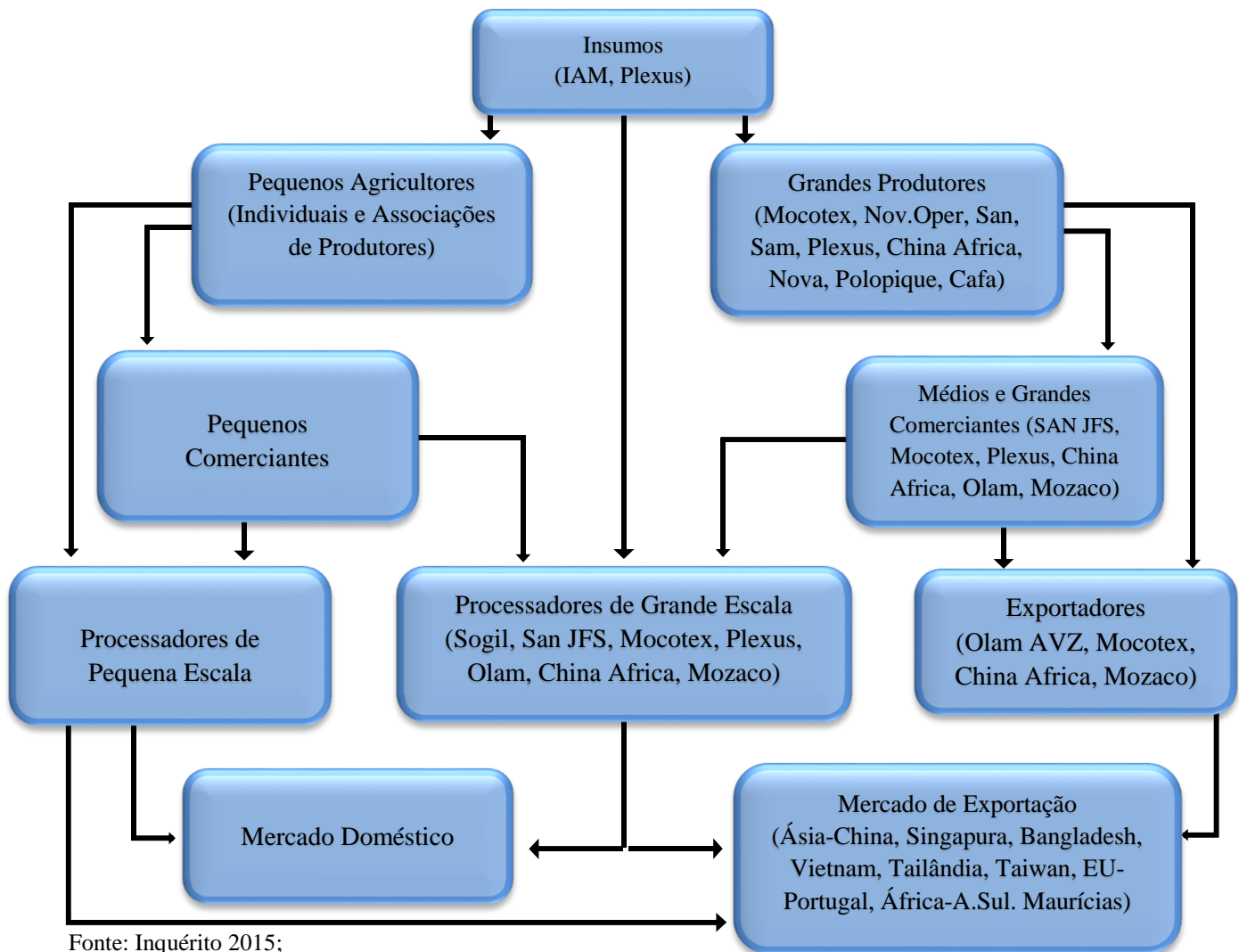
Em Nampula, a Olipa-Odes, organização não-governamental nacional de desenvolvimento sustentável, apostou também no processamento do amendoim tendo adquirido máquinas no Malawi para descascar, torrar e empacotar, concretamente nos distritos de Mogovolas e Murrupula.

2.3.3. Algodão

O algodão é um dos produtos de grande importância na agricultura moçambicana. O simples facto de o país ter cerca 250 mil produtores inscritos na campanha algodoeira de 2015/2016 (Notícias, Nov. 2015) é um indicativo da relevância que o sector tem na agricultura. Trata se, de facto, de uma cultura que está entre as 10 principais exportações de Moçambique e constitui a terceira maior fonte de receitas em moeda estrangeira de exportação agrícola de Moçambique (cerca de US\$100 milhões em 2013). O peso do algodão na balança de pagamentos de Moçambique é notável, particularmente devido ao peso dos megaprojectos do alumínio, carvão e electricidade. Apesar de ser uma cultura notável, é facto assente que o algodão moçambicano ainda ocupa um espaço muito pequeno no mercado global. De facto, Moçambique representa apenas 2% do total de algodão exportado pelo continente africano (que, por sua vez, contribui com apenas 11% no volume mundial).

É uma cultura que está praticamente distribuída pelas três regiões do país, mas com menos destaque para o Corredor do Maputo onde é cultivado nas províncias de Inhambane e Gaza. As maiores produções verificam-se nos Corredores de Nacala e Beira, nos distritos de Balama, Montepuez, Namuno, Chiúre, Ancuabe e Eráti, na província de Cabo Delgado, Cuamba em Niassa, Monapo, Mecubúri, Moma, Meconta, Ribáuè, Lalaua, Malema, na província de Nampula, Mocuba, Alto Molocué, na Zambézia, Caia, Chemba, Gorongosa, Nhamatanda, Maríngue, em Sofala, Bárué, Magoé, Mossurize, em Manica, Dôa, Mutarara, Cahora Bassa em Tete. (IAM, 2015). Os corredores de Nacala e Beira possuem também empresas de Agronegócio. Na província de Sofala, por exemplo, capitais chineses e de Singapura dedicam-se ao seu processamento inicial e exportação. O mercado asiático (China, Bangladesh) tem sido o maior receptor do Algodão nacional seguindo-se o continente africano (África do Sul e Maurícias).

Figura 7
Cadeia de valor do algodão, corredores de Nacala e Beira



Em Moçambique, o algodão é cultivado por cerca de 230 mil famílias de pequenos agricultores que cultivam em média 0.5 hectares e com um rendimento médio de 600-700kg de algodão caroço (bruto) por hectare (Speed 2015; IAM 2014. Ver Quadros 01 e 02, acima). Portanto, vale a pena salientar que, apesar de um rendimento médio bastante bom em relação aos grandes produtores africanos (471kg/ha na Burkina Faso e 386kg/ha no Mali), existe ainda um grande número de produtores que apresentam rendimentos baixos devido ao uso mínimo de insumos e técnicas de cultivo e pós-colheita deficientes. O algodão continua sendo dos produtos de exportação mais importantes no País, ocupando o 4º lugar no ranking dos produtos agrícolas de exportação e 7º lugar no geral das exportações. O seu contributo para a balança de pagamentos é de cerca de 30 a 40 milhões de USD anuais (Speed 2015). O encaixe financeiro das empresas algodoeiras durante os últimos anos foi negativo, em consequência do desequilíbrio entre o preço da fibra e dos insumos no mercado internacional.

Actualmente, os níveis de produção do algodão caroço apontam para Nampula como província líder, com cerca de 34% da produção nacional, seguida de Cabo Delgado, com cerca de 29% da produção nacional.

Em termos de empresas, a PLEXUS, à qual foi adjudicado o fomento do algodão em Cabo Delgado, lidera o mercado, com 31% da produção nacional (IAM 2015).

2.4. Corredor do Maputo: hortícolas e banana

O Corredor de Desenvolvimento de Maputo atravessa algumas das zonas mais industrializadas, mais produtivas e mais ricas em potencialidades e efectiva produção agrícola da África Austral. Em termos geográficos o Corredor possibilita o acesso ao porto do Maputo não só das províncias moçambicanas de Maputo, Gaza e Inhambane como também das províncias de Mpumalanga, Gauteng e Limpopo na África do Sul bem assim como do Reino da Suazilândia. Porque faz fronteira com o Botswana, Zimbabwe e Moçambique, a Província sul-africana do Limpopo é o principal ponto de trânsito de carga para e dos países de *hinterland* como o Zimbabwe, Zâmbia e Malawi.

O Corredor tem beneficiado de importantes investimentos desde 1995 que têm vindo a expandir e a melhorar o seu funcionamento no que se refere a transportes e funcionalidade de trânsito para e do porto de Maputo para o *hinterland*. Mas está longe de atingir as suas potencialidades ou de satisfazer aspectos essenciais deste movimento que tem vindo a aumentar rapidamente. No que diz respeito à Agricultura parece ser opinião dominante que o seu desenvolvimento tem estacionado nas áreas sul-africanas que atravessa. Em contrapartida, há um relativo desenvolvimento nas três províncias de Moçambique que o integram. Mas este está ainda muito aquém do que poderia ser.

No que diz respeito à participação de Moçambique no Corredor e seu crescimento, foi publicamente anunciado, em Outubro de 2015, que o total de investimentos públicos e privados moçambicanos efectuados com esse objectivo em áreas sociais e económicas terá atingido mais de cinco mil milhões de dólares ao longo dos últimos vinte anos (O País 30/10/2015).

Todavia, o inquérito que realizámos revelou vários problemas sobre o projecto que envolve também os governos da África do Sul e da Suazilândia. O primeiro diz respeito às suas diversas zonas de investimento que foram descritas como sendo pouco conhecidas porque deficientemente promovidas nacional e internacionalmente e com uma coordenação muito ineficiente. “*Em poucas palavras*”, afirmou um dos nossos entrevistados, “*o Corredor alcançou já uma fase em que pode atrair crescentes investimentos mas, de um modo geral, pouco se faz com esse objectivo*” Um esforço extra para atrair investimentos, preferencialmente em parcerias público-privadas, está presentemente em curso por iniciativa moçambicana. A opinião comum em Moçambique, partilhada por entidades privadas, públicas e pelo próprio Governo, é que o Corredor de Desenvolvimento de Maputo é um projecto vital de grande importância para a dinamização da indústria, comércio e Agricultura no sul do país. É também uma rota essencial e estratégica para o transporte de pessoas e bens na região. Todavia, e no que respeita ao seu potencial para o desenvolvimento da economia do sul de Moçambique, do país em geral e da região, ele foi considerado por vários dos nossos inquiridos como estando ainda muito longe de ser alcançado.

O segundo grande problema enfatiza a necessidade de uma maior funcionalidade das alfândegas, em particular no que diz respeito aos procedimentos exigidos e à necessidade de alargamento das suas horas de funcionamento. Embora haja críticas ao funcionamento alfandegário quer na Suazilândia quer na África do Sul, foi a parte moçambicana que constitui objecto de um maior número de referências negativas.⁵ Talvez mais importante neste domínio é o que se refere aos diversos serviços de transporte (acesso

⁵ Esta situação tinha mudado em princípios de Dezembro de 2014 em que o maior número de críticas sobre o funcionamento alfandegário, e, mesmo, protestos vários, tinham como objectivo o mau funcionamento do serviço de

portuário, transporte rodoviário e ferroviário), aos procedimentos burocráticos em geral considerados como sendo muito demorados, muito deficientes e representando custos muito elevados e não justificados. Há deficientes condições, quando existem, de conservação de cargas. Custos elevados e não competitivos são também referidos no que respeita a tarifas. O controlo e contracção destes custos, bem assim como o combate às várias formas de corrupção praticadas são considerados como sendo uma prioridade na medida em que tornarão o Corredor mais competitivo.

Um terceiro problema refere-se ao que é considerado como uma deficiente coordenação trilateral entre os três países directamente envolvidos no desenvolvimento, investimentos e funcionalidade do Corredor de Maputo. No dizer de um dos nossos entrevistados, isto verifica-se *“não apenas aos níveis administrativo e burocrático como também, principalmente, em termos políticos relacionados com a economia e objectivos do Corredor a curto e longo prazo”*. Foi, em particular, enfatizado que o relacionamento bilateral entre Moçambique e a África do Sul e suas políticas comuns ainda é muito deficiente e esporádico. O contacto e interrelacionamento com as empresas privadas trabalhando já no Corredor ou potencialmente investidoras bem assim como os processos de atracção de recursos financeiros são naturalmente afectados por esta ausência de uma coordenação mais eficiente e activa entre Governos.

Por último, utentes dos vários serviços do Corredor afirmam, nomeadamente nas palavras de um deles, que *“o serviço de informação sobre as frequentes mudanças nas condições de funcionamento, custos e circulação entre Maputo e o hinterland e vice-versa, é muito deficiente e pouco acessível”*.

Importante referir que, não obstante este conjunto de problemas que ajudam a compreender o Ambiente de Negócios no Corredor do Maputo, os resultados registados desde 1995, o ano de início da sua actual fase de recuperação e desenvolvimento, são invariavelmente descritos como *“encorajantes”* e *“muito positivos”* tanto no contexto dos países envolvidos, seus governos e empresas públicas e privadas como, de um modo geral, para a SADC. No que se refere a Moçambique, o Corredor levou a importantes investimentos nacionais e estrangeiros no porto de Maputo, à reabilitação e funcionamento regular das vias ferroviária e rodoviária de ligação com a África do Sul, na constituição e funcionamento da Mozal e Motraco, no projecto de gás de Temane e outros. Em recente encontro na Matola, província do Maputo, foram apresentados vários projectos à procura de investimentos. Nos sectores da Agricultura e Agronegócios estes incluem, entre outros, a construção da barragem de Movené; projectos de produção de Hortícolas em Moamba e Magude; de plantação de cana-de-açúcar em grande escala; na construção de mercados de produtos frescos, e de reabilitação, construção e melhoria de infra-estruturas diversas. Os custos previstos para cada um desses projectos, e conforme então indicado aos eventuais investidores, orçavam entre os seis e os 300 milhões de dólares US.

2.4.1. Hortícolas

No que se refere a hortícolas, cuja produção está assumindo importantes níveis no Corredor do Maputo, há duas origens dos produtos comercializados: produção local e importação, tanto formal como informal. A produção e a comercialização locais são, em geral, da responsabilidade de mulheres que igualmente

conferência de passaportes e alfândega do lado sul-africano. Várias pessoas referiram que isso se devia talvez ao que em geral se designa como uma greve de zelo por parte dos respectivos funcionários. O atendimento destes era visível e propositadamente muito lento redundando em imensas filas quer de pessoas pretendendo sair quer daquelas que queriam entrar na África do Sul. Enquanto o atendimento no lado moçambicano era rápido, cauteloso e eficiente, o contrário sucedia no lado sul-africano. Tentativas de conhecermos as verdadeiras causas do insólito procedimento foram vãs. Em fins de Janeiro do corrente ano esse procedimento continuava numa situação que, para dizer o menos, era caótica com pessoas levando mais de três horas para serem atendidas.

funcionam aos níveis formal e informal naquelas duas actividades. A oferta depende das quantidades comercializadas pelos produtores.

As quantidades produzidas para consumo são porém reduzidas e portanto insuficientes para garantir a segurança alimentar. Por outro lado, a oferta colocada no mercado é igualmente muito mais reduzida do que a procura que tem de ser satisfeita através da importação. As cadeias de Valor são em geral muito curtas, aproximando o produtor do consumidor com preços variando no tempo e no espaço, de acordo com a estação do ano, o mercado e a proximidade das fontes de produção – locais, nacionais ou estrangeiras. Como é óbvio, a existência de infra-estruturas facilitando o transporte rápido e condições de conservação têm igualmente um peso considerável na expansão ou contracção de preços.

Informação recolhida a partir das condições em que estas actividades se efectuam indica que em todo o país a quase totalidade das áreas próprias para a horticultura são actualmente trabalhadas em áreas de cultivo iguais ou menores do que um hectare (média nacional avaliada em 0,5 ha). Os custos de preparação da terra, dos insumos, fertilizantes e pesticidas necessários para começar a sua produção e as respectivas Cadeias de Valor requerem algum capital inicial que é em geral incomportável para os produtores mais pobres. Por outro lado, as áreas de produção são caracterizadas como apropriadas quando, além de suas condições agro-ambientais, estão situadas perto de mercados em crescimento ou cidades, dispõem de água relativamente abundante e de um acesso regular e atempado a insumos. Igualmente, elas devem dispor da possibilidade de utilização de tecnologia e mão-de-obra barata. A maior parte da produção é, portanto, feita numa única estação do ano, usando predominantemente meios tradicionais e um mínimo de insumos.

Uma das grandes vantagens da produção de hortícolas para o Pequeno Produtor Agrícola é o seu alto Valor de produção por unidade cultivada. Isto constitui um atractivo para camponeses que apenas têm acesso ou podem trabalhar áreas de terra restritas ou reduzidas, que enfrentam falta de mão-de-obra familiar ou outra e que se localizam próximo das cidades. No entanto, e segundo o inquérito que realizámos, a produção de hortícolas tem especificidades que no nosso contexto só dificilmente podem ser ultrapassadas. Três delas constituem problemas que é necessário confrontar para obter colheitas remunerativas.

Em primeiro lugar, é o relativamente elevado custo dos insumos principalmente os que se referem a sementes mas também de fertilizantes e pesticidas.

Em segundo lugar, o facto de se tratar de uma produção rapidamente perecível e que requer condições de conservação adequadas e eficazes.

Em terceiro lugar, trata-se de uma produção que requer métodos apropriados de irrigação e colheita e, por conseguinte, um certo nível de conhecimentos ou *know-how*. Um inquérito feito em 2013 pela Direcção de Economia do então Ministério da Agricultura evidenciou que este conhecimento está em geral ausente entre a maioria dos produtores de Hortícolas. Conclusões do inquérito efectuado para o presente estudo mostraram igualmente que este é um problema comum ao resto do país no que respeita à produção de Hortícolas.

De facto, são raros os exemplos de processamento ao nível familiar. Uma excepção foi identificada em Namaacha. Trata-se de uma senhora com experiência na área e que trabalhou antes na FAO. Faz uma produção orgânica num espaço pequeno de diversas variedades de hortícolas fornecendo, após tratamento e empacotamento, vários compradores desde individuais a grandes mercados, como o Shoprite. Recentemente esteve a experimentar a produção de cogumelos em estufa.

A produção de Hortícolas no Corredor do Maputo é aí principalmente efectuada em dois diferentes contextos ou sistemas produtivos: nas chamadas Zonas Verdes, como as que existem em Maputo, Matola, Mubucwane ou Mavote; e a nível distrital, como em Moamba, Boane, etc.

As Zonas Verdas situam-se, em geral, próximas ou dentro de limites administrativos municipais, com acesso rápido a consumidores urbanos e são dominadas por pequenos agricultores. As suas culturas são principalmente feitas em cerca de 0,1 ha de terra e usam diversas formas de irrigação individual.

As restantes áreas de produção utilizam formas de irrigação centralizadas, a que por vezes se chamam Blocos, e maiores áreas de cultivo. A Associação que ocupa o Bloco II em Boane tem actualmente cerca de 75 membros mas já houve tempos em que estes eram mais de 150. Esta diminuição de associados é significativa no que diz respeito à necessidade de um Ambiente de Negócios adequado. Em entrevista como o actual Chefe desse Bloco ele disse que havia várias razões a considerar. *“Mas aquelas que realmente contam dizem respeito à impossibilidade de obtenção de financiamento, custos de insumos, falta de peças para tractores e outros problemas de natureza técnica. Além disto, há mais de 20 anos que o regadio não é reabilitado...”*.

Embora as áreas de cultivo neste caso ocupem em geral uma média de 2,3 hectares, há vários casos em que a produção ocupa ou chega a ultrapassar os cinco hectares de terra. Verifica-se ainda a existência de vários produtores dispersos localizados em terras férteis ao longo de rios e utilizando formas individuais de irrigação. Estes são também os camponeses que, em geral, possuem menor acesso ou capacidade tecnológica na sua produção e maiores dificuldades na aquisição de insumos, como sementes, fertilizantes e herbicidas.

No acima referido inquérito do Ministério da Agricultura foram igualmente referidas as seguintes conclusões sobre a produção de Hortícolas no corredor de Maputo que, de um modo geral, o nosso Inquérito confirmou que continuam a verificar-se:

1. O maior custo dos insumos utilizados pelos produtores de Hortícolas nas Zonas Verdes corresponde às sementes melhoradas se comparado com os custos de fertilizantes inorgânicos e pesticidas. Os insumos são, em geral, adquiridos a vendedores ambulantes informais.
2. De um modo geral, a evidência é que os produtores têm conhecimentos muito reduzidos sobre a utilização desses insumos, em particular no que se refere às variedades de sementes, quais delas são as mais adequadas e sobre os seus benefícios relativos.
3. O uso de insumos é directamente proporcional à área cultivada mas também à capacidade tecnológica. Agricultores com maiores áreas e capacidade para cultivá-la tendem a adquirir esses insumos através de canais formais.
4. Em Boane e na Moamba, o uso de bombas de água é comum a cerca de 58% dos produtores. A irrigação, comumente chamada por gota a gota e a de aspersão, é aí usada por menos de 4% dos agregados familiares. Nas Zonas Verdes a irrigação com bombas de água é praticamente inexistente (0,7%). Em ambas as áreas, como resultado, as necessidades de mão-de-obra são muito elevadas tanto para a abertura de valas como para a irrigação manual.

No que se refere à expansão dos mercados para Hortícolas produzidas por moçambicanos no Corredor do Maputo, um empreendedor, que tem andado a estudar o problema em busca das melhores condições de desenvolvimento do seu negócio, afirmou: *“O mercado sul-africano de produtos agrícolas frescos é de cerca de quatro milhões de toneladas. Quase metade deste quantitativo chega ao consumidor através de mercados ao ar livre. A curta e médio prazos, e porque as condições deste tipo de venda são menos rigorosas, isto pode ser uma excelente oportunidade para produtores moçambicanos.”*

Com efeito, o mercado de Hortícolas e frutas na África do Sul oferece vantagens que podem também ser utilizadas por produtores do Corredor do Maputo. Eventualmente, elas podem igualmente ser aproveitadas por produtores nas áreas de Desenvolvimento Agrícola dos Corredores da Beira e, mesmo, de Nacala. A exportação a partir destas áreas é presentemente e de um modo geral – embora com excepções – dificultada devido aos custos de transporte e de conservação que tornam os produtos moçambicanos não competitivos nos mercados da África do Sul. A cuidada utilização de tempos de exportação, para coincidirem com fases de falta e procura insatisfeita na África do Sul, e o aumento de qualidade dos produtos moçambicanos podem ser importantes janelas de oportunidade para produtores do país.

2.4.2. Banana

De um conjunto de produtos mais ou menos abundantes na área do corredor do Maputo, aquele que presentemente já origina uma importante exportação para a África do Sul é a banana. Esta é uma exportação com um longo passado histórico mas, após um relativamente longo período de quase inacção, só recentemente retomou a sua importância. De referir que recentemente o Banco Nacional de Angola (BNA) financiou um bananal a um grupo de oito mulheres em Boane.

Existem presentemente na região dez grandes empresas produtoras que são também exportadoras. Apenas uma delas é moçambicana. As restantes são sul-africanas. Antes de apresentarmos outros dados sobre este tipo de exportação, convém referir outros produtos com eventual interesse neste contexto. Questões de preços actualmente praticados, custos de produção e exportação, exigências fito-sanitárias, qualidade e competitividade local tornam o seu número relativamente reduzido. Mas isto poderá ser modificado com o tempo.

Nomeadamente, há presentemente pouco interesse no mercado sul-africano pela importação de Hortícolas mais vulgares, bem assim como de frutas como o ananás, citrinos e melões de Moçambique. Quando há falta, os sul-africanos preferem importá-los da América Latina, da Europa ou mesmo de outros países africanos. Há interesse, relativamente importante, no que respeita a mangas e papaia, embora com uma procura muito menor do que a de Banana, e mesmo, de litchies. Com excepção deste último, os outros três produtos, incluindo os oriundos dos corredores da Beira e de Nacala, podem ter acesso ao mercado sul-africano se as condições de qualidade e transporte forem respeitadas. O mesmo sucede com abóbora pequena, ou *squash*, e melão de mesa. Um aspecto enfatizado como essencial neste tipo de exportações é o facto das suas respectivas colheitas em Moçambique se efectuarem em tempos diferentes na África do Sul e, portanto, coincidirem com a diminuição da sua oferta e aumento de preços no mercado local. O mercado de flores é também importante neste contexto.

No que se refere à Banana, e como já referido, das dez maiores propriedades produtoras comerciais no sul de Moçambique apenas uma não pertence a fazendeiros sul-africanos. Estes instalaram-se na região como resultado de políticas sul-africanas de compensação de terras. Presentemente produzem Banana em

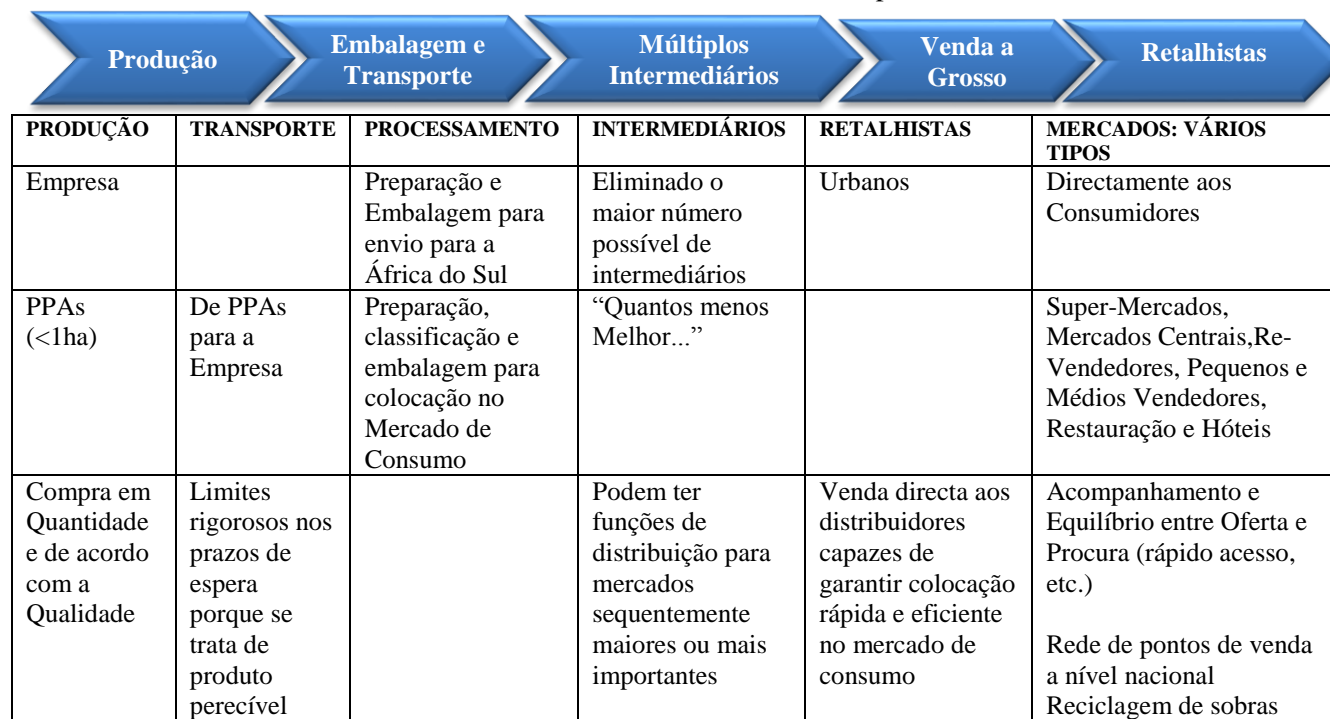
quantidades que lhes permite ocupar cerca de metade do mercado sul-africano, segundo informação da National Fresh Produce Markets (NFPMs: 2014).

Todavia, uma oferta excessiva causa a queda considerável de preços locais. Isto prejudica os produtores na África do Sul, em particular pequenos produtores do KwaZulu Natal que apresentaram já várias queixas nas correspondentes estruturas sul-africanas de Agricultura.

Entre 2010 e 2014 o fornecimento de bananas de Moçambique para a África do Sul mais do que duplicou, de 1.845 caixas em 2010 para 4.832 caixas em 2014. Os preços estão mais ou menos fixos presentemente devido às condições climáticas recentes mas, segundo estudos realizados pela National Fresh Produce Markets of South Africa, se as actuais tendências se mantiverem no longo-prazo, os preços poderão cair de R79,70 por caixa em 2012/2013 para R63,27 em 2014/2015 (Bisseker: 2014).

A principal razão para o excesso de oferta, segundo os estudos acima referidos, é a importação excessiva de Banana de baixa qualidade de Moçambique. Mas isto é negado por outros cultivadores que afirmam que, pelo contrário, a Banana importada de Moçambique tem, em geral, melhor qualidade do que a produzida localmente. Isto deve-se a melhores solos, água abundante e condições favoráveis no sul de Moçambique. Por outro lado, as plantações são mais recentes o que permite maiores colheitas ⁽⁶⁾.

Figura 8
Cadeia de valor da banana no corredor de Maputo



Fonte: Inquérito 2015

⁶ Sobre a competitividade relativa entre os produtores de Banana na África do Sul e em Moçambique é de enfatizar que estes criaram condições de produção e aquisição de Banana em grande escala por empresas que os ligam directamente aos vendedores a grosso nas cidades da África do Sul. Eliminaram deste modo um grande número de intermediários o que permite praticar preços de venda o mais reduzidos possível. De certo modo este caso é exemplar e, por isso, mereceu algum destaque neste inquérito sobre Cadeias de Valor e Ambiente de Negócios.

A exportação de banana de Moçambique para a África do Sul beneficia de acordos da SADC e, segundo um contacto com aquela organização, *“não há grandes possibilidades que estes sejam desactivados. O máximo que poderá ser previsto é uma mais estrita aplicação de padrões de qualidade, melhores processos de armazenagem e venda com eliminação da candonga”*. Por outro lado, o cultivo da banana é consideravelmente mais barato em Moçambique onde o salário mínimo é menos de metade do que o praticado na África do Sul (R1,075/mês para uma semana de trabalho de 48 horas em Moçambique comparado com R2,420/mês para uma semana de 45 horas na África do Sul. Câmbios de 2014-2015). O preço da electricidade na irrigação é também significativamente mais barato: R3900/a em Moçambique, comparado com R5000-R5500/a em Komatipoort. Para os farmeiros sul-africanos trabalhando do lado moçambicano da fronteira, e apesar do que descrevem ser uma situação muito amigável, isso não é nem mais barato nem mais fácil. Os problemas que indicam são vários: *“A língua é diferente, as leis são diferentes, a mão-de-obra é realmente barata mas menos preparada e, por isso, são necessários mais trabalhadores. Igualmente, a electricidade em Moçambique é mais barata mas é preciso pagar para a instalação e, se há avarias nos transformadores, a sua reparação tem que ser feita pelos utentes. Acaba por ser mais cara. Mas há mais: os preços de instalação são muito altos e não há forma de obter financiamentos dos bancos. Por último, mas não em último: tudo tem que ser importado, incluindo fertilizantes, e é necessário pagar direitos sobre o que se manda vir.”*

Será o bloqueio de importações uma solução? Tudo indica que não: o problema é um problema de escala e evitar importações não é solução. Os custos estão constantemente a aumentar e os compradores querem maiores quantidades consistentemente.

Um outro problema que começa a preocupar os farmeiros sul-africanos na parte moçambicana do Corredor do Maputo é o aparecimento de um vírus tropical muito virulento, a estirpe 4 da chamada doença do Panamá que, no norte de Moçambique, está a devastar as plantações de banana. Ainda não parece existir no sul de Moçambique ou na África do Sul. Embora isto seja praticamente desconhecido pelos produtores, os ministérios competentes em Moçambique estão a acompanhar o problema e preparando medidas a utilizar se necessário para prevenir ou controlar a sua expansão.

3. AGRONEGÓCIO

É importante uma ideia geral sobre a existência de Micro, Pequenas e Médias Empresas Agrícolas nos Corredores que temos vindo a referir. De um modo geral, esta classificação no que se refere à Agricultura, é algo imperfeita. Tendo isto em consideração, é possível apresentar a seguinte quantificação referente a cada um dos Corredores:

Quadro 5: Pequenas, Médias e Grandes empresas agrícolas em 2011

Províncias	Pequenas	Médias	Grandes	Total	%
01: Corredor de Maputo					
Maputo Cidade	54.021	665	29	54.715	1,43%
Maputo Província	147.725	2.729	252	150.706	3,94%
Gaza	211.069	5.516	183	216.771	5,66%
Inhambane	267.322	1.919	69	269.310	7,04%
02: Corredor da Beira (baga)					
Tete	367.977	8.064	109	376.150	9,83%
Sofala	269.576	1.595	78	271.249	7,09%
Manica	262.692	2.744	50	265.486	6,94%
03: Corredor de Nacala					
Zambézia	828.123	632	47	828.802	5,88%
Nampula	828.788	819	35	829.642	8,88%
Cabo Delgado	339.391	403	22	339.816	21,6%
Niassa	224.577	568	6	225.151	21,70%

Fonte: INE 2011: Censo Agro-Pecuário, Resultados Definitivos, Maputo (pag 11); Inquérito

Entre as características principais da criação e funcionamento de Agronegócios no país, segundo o Inquérito que efectuámos, merecem uma referência especial as seguintes:

Nos três Corredores, as grandes propriedades agrícolas de produção comercial intensiva tornaram-se raras ou desapareceram. Em geral, existem unidades produtivas de capital intensivo, de dimensões relativamente pequenas e como parte do activo das empresas investidoras (tabaco, chá, açúcar, banana, entre outras) mas o sistema preferido parece ser predominantemente a utilização de pequenos e médios produtores independentes que vendem a sua produção antecipadamente, em geral sob contrato, à unidade de Agronegócio. Esta produção adequada, em termos de qualidade e quantidade, aos objectivos da unidade investidora conta muitas vezes com factores que são em parte financiados e apoiados por ela. Trata-se de um processo, utilizado para produtos como o açúcar, algodão, cajú, tabaco, banana, mandioca e soja. Embora ainda relativamente reduzido, ele é hoje dominante no país. Segundo um dos nossos inquiridos, um empreendedor médio negociando em cajú, *“Isto é semelhante ao que se fazia no tempo colonial. Mas os cantineiros, a quem nessa altura se vendiam os produtos e que depois os vendiam às fábricas, aos institutos ou para exportação, são agora as próprias fábricas ou empresas que adquirem os produtos que necessitam, os processam, vendem ou exportam”*.

Várias vantagens são, em geral, apontadas para justificar este sistema de produção. A primeira, é que ele evita conflitos de terras que, quase sem excepção, se têm multiplicado sempre que os projectos de investimento implicam a ocupação de largas regiões de terra arável supostamente desocupadas ou não.

A segunda, é que esta é uma forma de suplantar a falta de pessoal qualificado que seria necessário para a produção intensiva em grandes latifúndios.

A terceira, a utilização de produtores independentes tende a minimizar os riscos de produção da entidade investidora transferindo-os para os produtores independentes. Com efeito, são estes que neste processo têm de orçar com os maiores e mais frequentes riscos de produção em Moçambique: nomeadamente secas, cheias e pragas bem assim como, na maioria dos casos, flutuações negativas de preços nos mercados internacionais, falta de acesso atempado aos insumos, sua má utilização, desvios, roubos e outros.

Todavia, a quarta vantagem é que o sistema permite a transferência e divulgação para uso local de novas tecnologias e processos de obtenção de uma maior produtividade. Nomeadamente, e em relação às redes constituídas por esses produtores independentes em relação à unidade produtiva que os integra, aqueles podem ser, e são, frequentemente fornecidos com insumos, incluindo sementes melhoradas, pesticidas, herbicidas, etc. Podem também ser objecto de uma formação adequada no interesse do investidor. Simultaneamente, o acesso a regadios, infra-estruturas de conservação, de transporte e mercados, o uso de mecanização adequada e agro-processamento podem igualmente ser facilitados aos camponeses fornecedores, contra pagamentos de aluguer ou gratuitamente.

a quinta vantagem é que este processo integrado de produção permite ainda a utilização produtiva do conhecimento dos camponeses locais com implicações para a produção agrícola e sua manutenção bem assim como aspectos de natureza cultural, social e ambiental que eventualmente as possam afectar. Trata-se de um conjunto de factores com grande importância para o aumento de produção e produtividade.

Como já referimos acima, a produção agrícola é uma actividade que, para entrar em franco desenvolvimento em Moçambique, terá de se ligar cada vez mais ao mercado num contexto caracterizado pela existência de um Ambiente de Negócios adequado. Sem isto, as suas Cadeias de Valor somente expressarão muitos dos problemas que acabamos de listar. O Fundo para Ambiente de Negócios (FAN) bem como outras iniciativas, como o financiamento de acções tendo em vista a realização de reformas políticas e sua divulgação, o intercâmbio internacional e a realização de estudos e seminários, representam uma clara evidência de que *“existe uma relação directa entre um Ambiente de Negócios melhor, um crescimento assente numa base alargada, a geração de rendimento e a redução da pobreza.”* Por outro lado, parece que o Governo e seus parceiros se preocupam com a melhoria do Ambiente de Negócios no país. Mas a evidência é que tal preocupação não é nem suficiente nem posta em prática de forma eficaz e abrangente de modo a alcançar os objectivos pretendidos.

Com efeito, e apesar de Moçambique ter tornado o registo de propriedade mais facilitado, simplificando procedimentos no âmbito do registo de propriedades, bem como a facilitação de problemas de insolvência e planos de recuperação antecipados, é facto assente de que o sector da Agricultura continua a enfrentar muitos problemas. As questões ainda problemáticas dizem respeito, entre outras, aos problemas de acesso ao crédito, à obtenção de electricidade, execução de contratos, de transportes e da não existência de infra-estruturas, bem como a predominância da extorsão de rendas mais ou menos regular através de cobranças ilegais e coercivas. Destacam-se ainda problemas relacionados com a aprovação de políticas de estímulo à produção e produtividade agrárias, à necessidade da eliminação da exigência de guias para circulação interna de produtos agrícolas de produção nacional e à cobrança de taxas e impostos cuja base legal nem sempre é muito evidente.

A evidência obtida aquando da realização do trabalho de campo confirma este quadro sombrio. De facto, mais de 50% de inquiridos não se mostram satisfeitos com o Ambiente de Negócios. É, certamente, um ambiente ainda deficiente que poderá vir a melhorar significativamente com os esforços do governo e do sector privado. Mas esses esforços estão a ser muito lentos e não tantos como a situação parece requerer.

Por outro lado, parece haver uma concepção generalizada de tipo dualista e profundamente errada que potencia a importância das principais condições exigidas pelo Banco Mundial no seu Doing Business em detrimento das condições necessárias no país – que, em geral, parecem surgir por acréscimo. Não foi possível, no âmbito deste Inquérito, aprofundar esta possível característica extremamente negativa para o real desenvolvimento da Agricultura. Se é que ela se verifica – uma criação de condições visando um bom Ambiente de Negócios para eventuais investidores estrangeiros subalternizando os interesses dos investidores e produtores do país – então, trata-se de um erro múltiplo. Que na realidade prejudica simultaneamente o nível do país no Doing Business do Banco Mundial e a melhoria de condições que afectam profundamente os produtores e empresários agrícolas nacionais. Esta possibilidade não passou despercebida a um dos nossos entrevistados, um empresário que construiu, a partir do nada, o que é hoje uma empresa média *“orgulhosamente Moçambicana”*, como ele afirma, mas confrontando inúmeros problemas para se consolidar e desenvolver, traçando novos caminhos. Afirmou ele, a propósito: *“Talvez se esqueça uma questão que certamente não deixa de ser colocada pelo investidor. É que esse possível investidor, se for para a frente com a sua intenção de trabalhar entre nós, passará a ser um empresário local, afectado pelos mesmos sérios problemas que diariamente, de manhã à noite, nos afectam a nós e aos nossos negócios. E talvez desista por causa disso”*. Complementando esta afirmação, um outro empresário em Sofala afirmou: *“O que diariamente e a curto prazo temos que confrontar constitui um ambiente de risco demasiado elevado e que tira muito dinheiro quer às nossas possibilidades de investir e crescer quer aos nossos lucros de trabalho intenso e aos benefícios dos pequenos e médios produtores que trabalham connosco”*. Outros entrevistados interpretaram esta situação bem difícil como resultando, talvez, do que percebem como sendo uma grande descoordenação entre políticas centrais e sua execução no terreno, entre concepções diferentes sobre a resolução de problemas iguais, sobre a descentralização ao nível nacional não levar ao empoderamento local mas, em vez disso, a uma crescente e paralisante centralização de poder que está a afectar muitos dos esforços em curso.

3.1. Acesso ao financiamento

O actual sistema de funcionamento de Agro-Negócio no nosso país permite também, e este é talvez o mais importante dos seus factores positivos a longo prazo, uma contribuição importante à transição dos pequenos produtores agrícolas, predominantemente vivendo em sistemas de quase completa auto-subsistência produtiva, em pequenos e médios produtores comerciais. Por outras palavras, pode ser um factor decisivo na crescente, mas ainda muito reduzida, transformação estrutural da Agricultura de subsistência do país numa Agricultura comercial, de mercado. Ele estimula e incentiva essa mudança para a produção de excedentes a vender e resolve alguns dos problemas que seria praticamente impossível ao pequeno produtor ultrapassar individualmente.

Neste contexto, poderá também eventualmente vir a ser modificado o conjunto de condições que tornam praticamente impossível o acesso ao crédito bancário dos produtores agrários em Moçambique. Este é um problema muito sério que foi referido com veemência por vários dos empreendedores entrevistados. Segundo um deles, *“primeiro vieram falar-nos em micro-créditos mas eram tão micros que ninguém os via. Depois as principais instituições de micro-crédito transformaram-se em novos bancos e a situação mudou: ninguém nos fala agora nem em micro-créditos nem em nenhuns outros créditos e, sabe uma coisa? – talvez seja melhor assim...”*. Um outro foi ainda mais incisivo: *“É incrível o que ouvimos sobre isso. A última foi um bancário que dizia no jornal que para podermos receber empréstimos bancários para desenvolvermos a Agricultura teríamos primeiro que desenvolver a Agricultura. O jornalista esqueceu*

dizer-lhe que se a Agricultura se desenvolver, então talvez a maior parte de nós não precise desses empréstimos para nada...Tinha a minha conta no banco dele, mas mudei...”.

Como é evidente, esta parte do nosso inquérito foi feita a empreendedores ou homens de negócio ligados à Agricultura ou ao Agronegócio a vários níveis, muito embora o problema também afecte, por exemplo, associações de camponeses ou pequenos e médios camponeses comerciais que pretendem crescer mais e desenvolver a sua produção para o mercado. É de constatar que a explicação que as instituições financeiras têm procurado popularizar de forma massiva – de que são empresas que não podem ter prejuízos nem correr riscos porque têm de prestar contas aos seus accionistas – tenha sido por vezes referida. Mas foi mais vezes afirmado, nestes ou noutros termos semelhantes, que *“os bancos só querem fazer lucro nas cidades: não se interessam com o desenvolvimento do resto do país mas têm muita conversa fiada”*. Um entrevistado desabafou: *“Sobre isso quero dizer que é como no tempo do colono: não temos importância nenhuma”*.

Uma conclusão é aqui evidente: sem acesso razoável ao financiamento bancário, o Ambiente de Negócios em Moçambique será sempre deficiente, inadequado e desacreditado junto aos seus cidadãos e eventuais investidores.

4. CONCLUSÃO

A questão fundamental deste Inquérito foi formulada como sendo o interrelacionamento entre a existência e crescimento das Cadeias de Valor na Agricultura e no Agronegócio com o Ambiente de Negócios existente em Moçambique. No que se refere a Cadeias de Valor definimos com a possível exactidão as que correspondem a um número de produtos agrícolas mais ou menos predominante nos três Corredores de desenvolvimento agrícola no país.

Em todos os casos, porém, encontrámos sérias dúvidas no conjunto dos nossos inquiridos e entrevistados sobre o que é e como se funciona usando Cadeias de Valor. No primeiro caso, era invariavelmente necessário explicar em traços necessariamente gerais o que significava aquele termo. No conjunto de entrevistados, o termo era conhecido mas utilizado com muitas e diferentes aplicações. Seja como for, o termo Cadeia de Valor tem vindo a ser crescentemente usado a todos os níveis, ao longo dos últimos dois ou três anos, nos discursos e narrativas públicas sobre a Agricultura e por empresários. Mas, em todos os casos, o seu significado varia de tal forma que a evidência é que cada um ouve ou significa o que quer quando usa o termo. Isto complicou de certa maneira o nosso inquérito a vários níveis. Se realmente existe a necessidade de um uso mais expandido de utilização do termo, então será necessário que ele seja não só explicado mas que o seu uso na planificação e avaliação dos processos que separam o produtor de outras Cadeias de Valor ou do mercado seja minimamente esclarecido. Isto significa que este uso, tal como se verifica hoje, não ajuda a compreender os problemas que os produtores têm regularmente de confrontar na sua actividade. As referências são feitas, em geral, em termos abstractos que pouco ou nada significam em termos reais.

O mesmo sucede, até certo ponto mas talvez em menor escala, no que diz respeito à compreensão do termo Ambiente de Negócios. Em grande parte dos nossos inquéritos ele teve que ser explicado o que, de certo modo, pode ter influenciado as respostas. Por isso, a caracterização obtida é talvez bastante simples – embora significativa do que é a percepção, com seus problemas, do que é o Ambiente de Negócios tal como ele é compreendido e vivido a nível da base social campesina, dos produtores, empresários a vários níveis de responsabilidade, eventuais ou efectivos investidores e mesmo autoridades no nosso país. Tendo começado por usar uma, algo reduzida, definição de trabalho, verificámos que a definição de Ambiente de

Negócios e sua utilização veio a precisar-se ao longo da experiência do nosso trabalho de campo, tornando-se, tal como o desejávamos, mais completa e abrangente. Definimo-lo agora como sendo *o resultado prático da confluência de políticas de Estado, instituições, infraestruturas físicas, acesso ao financiamento e recursos humanos na sua adequação a condições sociais, económicas e políticas que, directa ou indirectamente, influenciam a eficiência com que os processos de produção agrícola a todos os níveis, e incluindo produtores, firmas e indústria, podem ser realizados.*

Em particular, no contexto que é hoje o de Moçambique e o sector da Agricultura, o Ambiente de Negócios não pode ignorar ou menosprezar o que se refere a condições tão elementares como o acesso atempado a insumos, matérias-primas, processamento e acesso aos mercados. Não pode igualmente desprezar, em nome do que não é mais do que um pseudo-desenvolvimento e extremamente contra-producente, os direitos consuetudinários da grande maioria dos Moçambicanos, os pequenos produtores agrários. É este um dos sentidos centrais do respeito pelo Pluralismo Jurídico que a nossa Constituição exemplarmente consagra.

De um modo geral também, pode dizer-se que os problemas que caracterizam o Ambiente de Negócios nos três Corredores que considerámos são comuns não só a todo o país como à grande parte dos países da África Austral e, mesmo, a uma grande parte da periferia do sistema-mundial moderno. A sua caracterização, aliás, coincide com a própria definição de periferia. No inquérito que realizámos foram salientadas as seguintes características problemáticas como requerendo uma urgente solução para que um Ambiente de Negócios aceitável seja possível em Moçambique:

Em primeiro lugar, um problema específico que afecta directamente o Corredor da Beira, mas que se propaga aos outros dois Corredores como fogo em capim seco, diz respeito ao que se convencionou chamar de situação político-militar do país. Com frequência assumindo aspectos de confronto armado que muito pouca gente compreende ou aceita como legítimos, os seus efeitos contrapõem-se à maior parte do conjunto de políticas e esforços anunciados ou que eventualmente estejam a ser pensados ou prestes a ser aplicados para melhorar o Ambiente de Negócios. Tal como afecta, directamente, camponeses, suas Associações, Pequenas e Médias Empresas agrícolas bem assim como os projectos milionários de desenvolvimento do Corredor da Beira e que agora parecem ter desaparecido. Tal como desapareceram as possibilidades anunciadas em projectos, que já pareceram tão reais, de parcerias e outras formas de investimento de capital – provenientes de empresários nacionais e estrangeiros e necessários ao desenvolvimento do país. Muitas das questões seguintes mergulham as suas raízes causais nesta situação política, social e económica de pesadelo.

Em segundo lugar, e directamente relacionado com a incapacidade de resolver a situação militar referida, verifica-se a crescente evidência do exercício de um poder de Estado enfraquecido, despolitizado, desconectado da realidade do país e com uma deficiente coordenação interna. Surge, igualmente, como um poder assente em concepções diferentes sobre a unidade nacional e muitas vezes, pelo menos aparentemente, sem ligação entre si. Isto é particularmente verificável no sector da Agricultura em que os ministérios, institutos, instituições e departamentos ministeriais se parecem multiplicar como cogumelos depois da chuva muitas vezes com funções e objectivos extremamente vagos. O enfraquecimento do poder de Estado é também causa e consequência do clima de corrupção generalizada e a vários níveis de decisão que tem vindo a expandir-se no país apesar de algumas decisões, com frequência mais retóricas do que outra coisa, anunciadas para o combater. Seja como for, a necessidade de definição de uma política agrícola nacional mais abrangente e eficiente bem assim como capaz de unificar a multiplicidade de esforços anunciados mas fragmentados, e muitas vezes assumindo posições contraditórias, foi considerada por muitos dos nossos inquiridos como sendo urgente.

Em terceiro lugar há um conjunto de factores mais gerais que afectam directamente as Cadeias de Valor nos três Corredores, também principalmente no Corredor da Beira, mas não só, e bloqueiam uma transição mais rápida e abrangente entre uma dominante Agricultura de subsistência a vários níveis e a Agricultura de mercado. O papel do Governo nesta transição é fundamental mas parece muito reduzida – e esta é também a opinião de muitos dos nossos inquiridos. Eles apontaram a dificuldade de obter insumos a preços acessíveis e atempadamente, bem assim como adubos inorgânicos, fertilizantes ou herbicidas sem os quais as áreas de cultivo, tal como a produção e a produtividade, têm necessariamente de ser muito reduzidas. Enfatizam também problemas relacionados com a dificuldade frequente de acesso aos locais de venda da produção, seu transporte e conservação. Os pequenos produtores e associações de camponeses apontam, por outro lado, a prática de preços de compra muito reduzidos, irregulares e sem qualquer tipo de controlo por parte das autoridades locais ou distritais. Algumas destas queixas são comuns a empreendedores de Micro, Pequenas e mesmo Médias Empresas que, de modo geral, apelam para a melhoria e construção de infra-estruturas, incluindo armazenagem em silos ou sistemas de frio porque estes últimos, onde existem, estão em geral avariados e sem reparação prevista. Referem também a necessidade de serem abertas mais estradas rurais e mercados locais bem assim como a necessidade de apoios técnicos ou de mecanização e a falta de medidas capazes de facilitar e tornar o transporte de produtos agrícolas mais acessível. Em vários casos foi mencionada a ausência, mas também a grande necessidade, de uma informação económica e financeira regular sobre o país e empreendimentos em curso.

A outros níveis da listagem de problemas relacionados com o Ambiente de Negócios, e em quarto lugar, devemos mencionar diversas referências à falta de leis mais adaptadas à situação do país, nomeadamente no que se refere ao uso e aproveitamento da terra, e às contradições que frequentemente surgem no seu relacionamento com o princípio Constitucional que define a propriedade da terra como pertencendo ao Povo e, por conseguinte, ao Estado. A ideia generalizada, mesmo em casos em que esse princípio é louvado e respeitado, é que não existe uma política definida e juridicamente traduzida em normas a cumprir aplicável a todo nacional. Esta situação origina um grande número de tentativas, mais ou menos bem-sucedidas mas nem sempre estritamente legais, de garantir esse uso e aproveitamento de maneira aceitável pelos investidores. Isto tem levado, e continuará a levar, a sérios problemas com os camponeses locais que naturalmente resistem por todos os meios possíveis a tentativas mais ou menos oficialmente sancionadas de ocupação das suas terras. Dois casos paradigmáticos deste tipo de problemas são, sem dúvida, o que se tem vindo a passar com o chamado projecto ProSAVANA e com a Anadarko, ambos no Corredor de Nacala. Em suma, a ausência ou falta de aplicação de leis, normas e regulamentações mais actantes neste campo, representam mais um sério constrangimento à melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique.

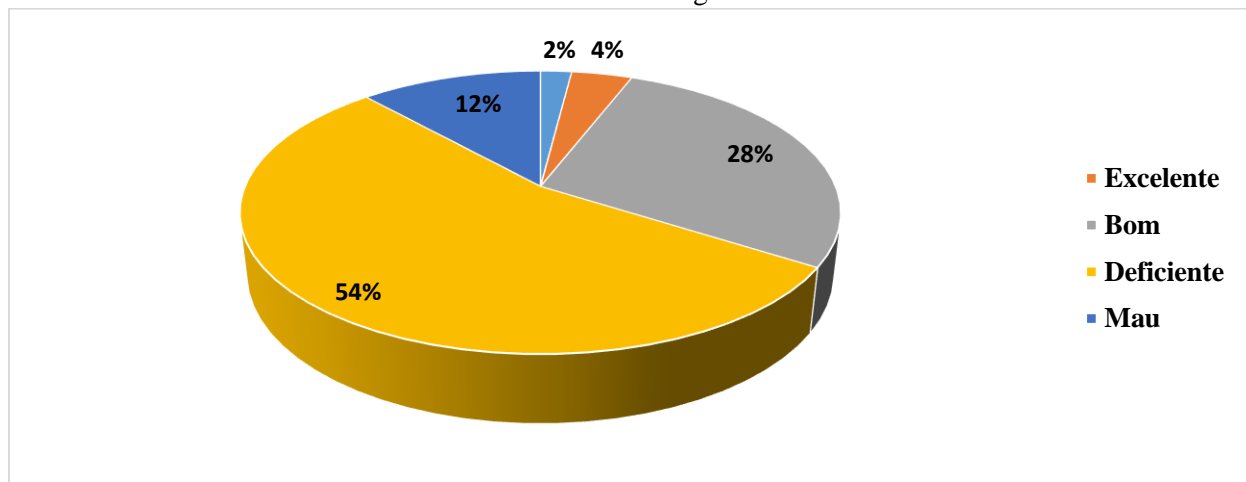
Por último, e em quinto lugar deste agrupamento de condições que afectam negativamente o Ambiente de Negócios da Agricultura em Moçambique, existe ainda a impossibilidade quase total de acesso a financiamentos de projectos agrícolas a qualquer nível de execução. Aliás, os bancos e outras instituições financeiras em Moçambique parece terem encontrado agora um justificativo básico para este tipo de comportamento na afirmação de que é falso que estejam contra o financiamento agrícola; apenas esperam que a Agricultura se desenvolva, em particular as suas MPM Empresas, para iniciarem o financiamento necessário ao desenvolvimento da Agricultura. O que é um muito fraco argumento que, na sua circularidade e aplicação generalizada, frontalmente afecta o desenvolvimento do país.

Embora seja praticamente impossível quantificar um Ambiente de Negócios, ele pode ser medido através dos montantes de investimento nacional e estrangeiro que atrai, pelo aumento da produção e produtividade e sua sustentabilidade, pelo grau de burocratismo que afecta produtores e empresas, pela adequação das

infra-estruturas, pelo acesso a mercados nacionais, regionais e mundiais. Todas estas funções, é bom não esquecer-lo, são parte da responsabilidade do Estado aos diversos níveis de Governação e todas elas foram referidas na nossa discussão sobre os três Corredores de Desenvolvimento em Moçambique. Todas elas igualmente estão em declínio e muito longe de alcançarem os níveis adequados. Esta situação permite a confirmação do que é a primeira e mais evidente conclusão neste campo: não é possível um bom Ambiente de Negócios em situações de má, medíocre ou ineficiente Governação ou vice-versa.

Simultaneamente, a opinião dos seus mais directos utilizadores a todos os níveis pode igualmente ser esclarecedora sobre a forma como é vivido e considerado o Ambiente Negócios. Foi com este objectivo que todos os inquiridos e entrevistas que realizámos procuraram também obter dados sobre essa percepção, numa amostragem que julgamos ser muito esclarecedora. Os resultados indicam-nos que a grande maioria dos contactados não está satisfeita com o Ambiente de Negócios. Grande parte dos inquiridos, aproximadamente 54,3%, explicou a sua opinião com referências a sérias dificuldades com transporte de mercadorias, falta de vias de circulação e acesso em condições, falta de infra-estruturas e não conservação das existentes, reclamações dos produtores devido a constantes variações nos preços dos produtos, frequente fraco movimento nos locais de revenda dos produtos e a impossibilidade prática de se obterem financiamentos, entre outras causas. Mas houve respostas nessa amostragem que definiram o Ambiente de Negócios hoje em Moçambique como sendo Excelente e Bom. Com efeito outros grupos de inquiridos, respectivamente o segundo e terceiro grupos em termos das suas respostas e correspondentes a 28,1 e 3,9 por cento dos inquiridos fizeram descrições que podemos resumir como Bom e Excelente respectivamente.

Gráfico 2
Ambiente de negócio



Fonte: Inquéritos 2015

Eles apontaram para o facto de estarem convictos de que o Governo está a fazer sérios esforços nesse sentido, cuidando adequadamente, reconstruindo e construindo de raiz diversas infra-estruturas e que os procedimentos burocráticos têm vindo a ser muito simplificados. Referem também a afluência muito aceitável de clientes nos locais de compra e venda que, entre outras razões, afirmam, tem vindo a contribuir para uma maior rentabilidade dos produtos comercializados. São estes dados, cujas fontes são os nossos Inquéritos em Julho/Novembro de 2015, que originam o gráfico 11 de como é considerado o Ambiente de Negócios nos três Corredores de Desenvolvimento Agrícola em Moçambique.

De certo modo pode-se afirmar que as conclusões, nos diversos planos e objectivos desta amostragem, não são muito diferentes das conclusões sobre o Ambiente de Negócios em Moçambique constantes no relatório

Doing Business para 2015 publicado pelo Banco Mundial (World Bank: Doing Business 2016). Neste relatório, o país ocupa um muito modesto 133º lugar, o que significa uma descida de 5 lugares em relação ao lugar ocupado no ano anterior (128º), num conjunto de 189 países avaliados. A diferença entre as aproximações do Doing Business e aquelas que aqui são referidas é todavia muito grande. Ela advém do facto de que o gráfico acima foi elaborado a partir de uma significativa amostra dentro de Moçambique por uma equipa constituída por cientistas sociais Moçambicanos. Pelo contrário, as conclusões do Banco Mundial são essencialmente perspectivadas numa aproximação exógena que olha Moçambique de fora para dentro. Nesta perspectiva o país é essencialmente considerado como sendo um mercado aberto que deve estar ao serviço dos interesses do capital internacional – quando este eventual e muito raramente se interroga a propósito das potencialidades de investimento no país ou na região Austral de África. Os raros inquiridos que conheciam o Doing Business e seus números responderam-nos em alguns casos que “*por vezes parece*” que é esse índice que o Governo tem em mente quando fala e faz melhorias no que considera ser o Ambiente de Negócios em Moçambique. São melhorias para eventualmente afectarem o lugar nesse gráfico internacional e exógeno, isto é, para eventualmente atraírem investimentos externos. Internamente, a preocupação é considerada ou sentida como menor e com outros objectivos que nem sempre beneficiam investidores nacionais. Como referimos acima, não tivemos nem tempo nem a possibilidade de confirmar no contexto do presente trabalho se esta concepção dualista realmente se aplica à concepção de Ambiente de Negócios na Agricultura em Moçambique ou não.

Por outro lado, e em termos teóricos, a expressão Ambiente de Negócios tal como a caracterizamos aqui, não é muito diferente no seu espírito e letra do significado que assume para o Banco Mundial, bem como da sua aplicação empírica a cada um dos 189 diferentes Estados e seus governos que fazem parte das listas anualmente publicadas desde 2011 por aquela organização internacional. Ela pretende classificar o conjunto de procedimentos considerados, ou não, como caracterizantes de um bom Ambiente de Negócios na economia mundial ou, talvez mais correctamente, no sistema interestatal da economia-mundo.

As considerações seguintes são feitas na Introdução ao Relatório do Banco Mundial referente a 2014. São um bom ponto de partida, embora incompleto, na compreensão da importância do Ambiente de Negócios no contexto do desenvolvimento económico na periferia. Um primeiro conjunto de factores diz respeito ao papel do Governo que é considerado como sendo o elemento fundamental na definição, existência e constante melhoria do Ambiente de Negócios. Sem esquecer que a sua aplicação é sempre de fora para dentro da realidade do país, esses factores podem ser resumidos em dois grandes grupos de recomendações:

Primeiro, o papel do Governo deve ser considerado como crucial para a crescente criação e entrada no mercado de novas firmas – principais instrumentos de geração de mais emprego e novos produtos (de inovação). É igualmente decisivo para o funcionamento eficaz e desenvolvimento dessas firmas e outras já existentes. O Governo é o principal responsável pela definição e implementação de leis, procedimentos, regulamentações e normas adequadas e o principal catalisador de reformas necessárias. Este é um indicador fundamental na avaliação da qualidade e dinamismo de uma economia e seu Governo.

Em segundo lugar, o conjunto de leis, normas e regulamentações devem definir claramente e defender os direitos de propriedade. Devem prever e contribuir para diminuir custos bem assim como para a facilitação atempada e resolução de disputas e conflitos. Devem, por último, aumentar a possibilidade de previsão das transacções económicas a todos os níveis.

O Banco Mundial afirma ainda que os empresários têm dificuldades na criação e em fazer crescer as PMEs na ausência dessas leis, normas, regras ou regulamentações adequadas. A criação e crescimento das PMEs

são o factor principal para a criação de emprego e crescimento económico da maior parte das economias em todo o mundo. Acrescentemos que não o são ainda em Moçambique.

Por outro lado, a transformação constante da economia-mundo requer, ainda segundo o Banco Mundial, não só que novas leis e regulamentações sejam definidas e aplicadas em consonância com essas transformações, como obriga a frequente mudança ou reforma das existentes, para que haja melhorias no Ambiente de Negócios. É através desta criação e reforma que este pode ter regras e leis que na sua aplicação justa facilitem um regularizado acesso ao mercado, criando incentivos, contribuindo para o nivelamento das condições oferecidas, garantindo transparência e encorajando níveis adequados de competitividade também para os produtores nacionais a todos os níveis. Uma aproximação, portanto, que parece considerar como secundária não só a existência dos pequenos produtores agrícolas que constituem a maior parte da população de Moçambique como o contexto socio-histórico que a determinou. E que, por isso mesmo, é uma aproximação incompleta.

BIBLIOGRAFIA

ACET for Africa, 2014: “The Soybean Agro-Processing Opportunity”, <http://acetforafrica.org/wp-content/uploads/2014/08/Soybean-Dalberg.pdf>.

BAGC 2013: Corredor de Crescimento Agrícola da Beira: Potencial de Desempenho, consultado em Novembro de 2015 em www.beiracorridor.com.

BAGC A 2013: Plano de Investimento (Blueprint), disponível em Agosto de 2015 em www.beiracorridor.com.

Bisseker, Claire 2015: Africa and International: Farming Prices on a Peel, FM November 12;

BNI 2015: “Número de agricultores que cultivam mandioca para o fabrico de cerveja quintuplicou em Moçambique”, Disponível em http://www.bni.co.mz/estudos/noticias.aspx?n=n%C3%BAmero_de_agricultores_que_cultivam_mandioca_para_o_fabrico_de_cerveja_quintuplicou&nid=5480, acedido em 16 de Outubro de 2015.

CBIO 2015: “Actividades de investimento agrícola no Corredor da Beira: ameaças e oportunidades para os camponeses”, (Disponível em <http://acbio.org.za/wp-content/uploads/2015/10/Mozambique-Portuguese-2015-report-exec.pdf>; acedido em 10 de Dezembro de 2015).

CEPAGRI 2013: Centro de Promoção da Agricultura: Estratégias do Governo e Oportunidades de Investimento no Agro-negócio em Moçambique, www.cepagri.gov.mz; (Consultado em Março de 2015; temporariamente desactivado em Dezembro de 2015).

CEPAGRI 2013: Plano Director para o Desenvolvimento do Agronegócio. Ver www.cepagri.gov.mz (Consultado em Março de 2015; temporariamente desactivado em Dezembro de 2015).

Donovan, Cynthia et alli, 2011: Cassava Commercialization in Mozambique, Working Papers, n.o 120, Agricultural, Food, and Resource Economics, Department of Economics: Michigan State University;

Exportação de Açúcar 2016: Exportacao de Acucar de Mocambique pode Aumentar na Campanha de 2015/2016, <http://www.macauhub.com.mo/pt/2015/07/23>, Consultado em Dezembro de 2015;

FAOSTAT 2015: <http://faostat.fao.org>: Consultado em Dezembro de 2015.

FAO 2013: “Programa da FAO em Moçambique: no âmbito do programa das NU *Delivering as One*”. Maputo: FAO; <http://fao.org>. Consultado em Março de 2014.

Fonseca, Madalena Pires da 2010: Os Corredores de Desenvolvimento em Moçambique, consultado em Agosto 2015 em www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_201.pdf.

Hanlon, Joseph 2016: Survey shows inequality Doubled in Six Years, Mozambique News Reports & Clippings, 4 January.

IAM 2014: Instituto do Algodão de Moçambique 2014-2016: <http://www.iam.gov.mz/>.

Instituto de Estatística Nacional 2016: Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar, em <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-sobre-orcamento-familiar/relatorio-final-do-inquerito-ao-orcamento-familiar-iof-2014-15/view>.

IIED 2013: International Institute for Environment and Development 2013 Implementação do Redd+ no corredor da Beira abrangendo Manica, Sofala e Zambézia, Relatório do primeiro encontro de planificação do projecto: 5 e 6 de novembro 2012, disponível em Setembro de 2015 em www.iied.org

INCAJU 2011: Plano Director do Caju 2011 – 2020, Versão Final. Consultado em Novembro 2014 em <http://incaju.gov.mz/politicas/plano-director-2011-2020/>.

Marapusse, Rosário, “Impacto da restrição de exportações através de aplicação de sobretaxa: O caso do feijão-bóer em Moçambique”, Maputo: USAID, 2015.

MASA 2015: “Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique”, Maputo: MASA.

MISAU 2013: “Plano nacional de investimento do sector agrário, PNISA 2013-2017”, Maputo: MISAU.

Ministério da Agricultura 2010: Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário em Moçambique, PEDSA, 2010-2016, www.masa.gov.mz.

NFPDMS (National Fresh Produce Markets) s/d: Reports, various years: Fresh Produce Marketing in South Africa, www.namc.co.za; (Consultado em Janeiro 2014).

Niassa 2015: Sociedade Malonda Investe em Feijão Manteiga, Infodiário 2015/02/16 Consultado em Dezembro de 2015 em http://infodiario.co.mz/articles/detail_article/6527.

Paulo, António Manuel 2012: Transmissão de Preços de Milho entre Moçambique, Malawi e Zâmbia, Seminário Sobre Perspectivas de Produção e Comercialização Agrícola na Campanha 2010/2011, Direcção de Economia do Ministério da Agricultura de Moçambique.

PEDSA 2010-2019 ou Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário em Moçambique. Texto integral em <http://fsg.afre.msu.edu>).

Pereira, Luís 2011: Origem da Cadeia de Valor, PowerPoint, Lisboa: Techno Serve.

Pokhrel, Pooja et al 2015: “Variações De Preços Em Moçambique: Projecto De Relatório”, Maputo: USAID.

SPEED - Support Program for Economic and Enterprise Development 2015: Algodão moçambicano: um produto global com impacto local, Blog de Dorival Bettencourt. 24 de Agosto de 2014 Consultado em Novembro de 2015 em <http://www.speed-program.com/blogs/>.

SPEED - Support Program for Economic and Enterprise Development 2015 Sugar in Mozambique: Balancing Competitiveness with Protection, Consultado em Dezembro de 2015 em <http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2015/09/2015-SPEED-Relatorio-018-Sugar-in-Mozambique-balancing-competitiveness-with-protection-PT.pdf>.

UNAC e GRAIN 2015: “Os usurpadores de terras do corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique”, Maputo.

World Bank 2011 Perspectivas para os Pólos de Crescimento em Moçambique: Sumário do Relatório, Finance & Private Sector Development Africa Region, Washington DC: WB www.wb.com.

World Bank 2013: “The Agro-Business Innovation Centre: Developing Value Adding Market-led Post-harvest Processing Enterprises”, Washington DC: World Bank.

Publicações Periódicas (2014-2016)

Notícias

O País

Canal de Moçambique

Savana

AIM

Mediafax

Exame.

Nº	Título	Autor(es)	Ano
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraim João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade: impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide Agy	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Mai de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá Momade Ibraimo	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015

Nº	Título	Autor(es)	Ano
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultur	João Mosca, Yasser Arafat Dadá Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goi	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito d Chicualacuala	António Manuel Júnior	Mai de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrícola e n bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateu Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2014
14	Investimento no sector agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dad	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katiá Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forest: exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013

Nº	Título	Autor(es)	Ano
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e margens 3 cm em todas margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Av. Paulo Samuel Kankhomba, N° 879
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org